

CAPINA

SUSTENTABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS POPULARES

uma metodologia de formação

**Aída Bezerra
Gabriel Kraychete
Kátia Aguiar
Ricardo Costa**

**Organizadoras:
Maiara Fonseca e Rosana Lobato**

Apresentação de Xico Lara



CAPINA

**SUSTENTABILIDADE
DOS EMPREENDIMENTOS
POPULARES**

uma metodologia de formação

Aída Bezerra
Gabriel Kraychete
Kátia Aguiar
Ricardo Costa

Organizadoras:
Maiara Fonseca e Rosana Lobato

Apresentação de Xico Lara



Porto Alegre
2010



Capa e projeto gráfico
Rafael Corrêa

Diagramação
Adel Braga

Revisão
Bolívar Gomes de Almeida

Catarse - Coletivo de Comunicação
www.coletivocatarse.com.br - catarse@coletivocatarse.com.br
Av. Protásio Alves, 2514 - 401 - Porto Alegre - RS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

B574s Bezerra, Aída e outros
Sustentabilidade dos Empreendimentos Populares: uma metodologia de formação. / Aida Bezerra; Gabriel Kraychete; Kátia Aguiar e Ricardo Costa. -- Porto Alegre: Catarse – Coletivo de Comunicação, 2010.
80 p.

1. Empreendimentos - gestão. 2. Sustentabilidade. I. Kraychete, Gabriel. II. Aguiar, Kátia. III. Costa, Ricardo. V. Título.

CDU 658.114.2
339.18

Índice

Uma Economia Convocada à Solidariedade: Formação e Sustentabilidade	9
Na Busca dos Números, a Discussão das Relações	17
Processo de trabalho, desenvolvimento local e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária.....	25
A tríade: subjetividade, cultura e economia dos setores populares - notas de uma pesquisa.....	39
Entre mundos	52
“Aprendendo e aprimorando estratégias de formação em viabilidade econômica e gestão democrática” Atividades Desenvolvida	62

Apresentação

Uma Economia Convocada à Solidariedade: Formação e Sustentabilidade

Xico Lara

Este é um livro que nasce, quem sabe, nasceu muito antes de sequer ser imaginado. Ele pretende resgatar um novo momento de largada que, porém, não é mais que um recomeço. É um relançamento depois de um longo tempo de maturação: desde aquele primeiro ponto de partida, 20 anos atrás, e passados os tempos do início, os momentos do aprendizado, os tempos das correções...

Refiro-me à CAPINA, que nasceu praticamente junto com o grande surto, o grande crescimento do que podemos chamar de - naquele tempo sequer era reconhecido como - Economia dos Setores Populares. Naquela época, essa era vista apenas como economia informal ou subterrânea, mas isso não é a mesma coisa.

Estamos falando de quando a população brasileira - assim como nas diversas partes do mundo - se viu obrigada a ter que providenciar seus próprios meios de vida porque, lavando as mãos, o empresariado junto com os governantes, seus aliados, senão seus representantes diretos, deixaram de se responsabilizar, se é que algum dia se responsabilizaram pela geração de empregos remunerados e estáveis.

A função constitucional do sistema econômico que, conforme a recém promulgada Constituição de 1988, devia buscar o pleno emprego (Art. 170. Item VIII) não passaria assim de uma “boa intenção”.

Mas o povo agüentou o tranco e assumiu a aposta.

De começo, na roça. Camponeses e pequenos agricultores familiares – com alguma terra, quase sem terra e sem nenhuma terra –, de quem já havia sido decretada a extinção pura e simples, pela revolução verde, pelos fazendeiros latifundiários, pelo agronegócio, por seus representantes no governo e até mesmo por diversos setores das esquerdas (os mais “progressistas”), resistem bravamente. Eles se reúnem preferencialmente

em associações de pequenos agricultores ou em movimentos pela Reforma Agrária, seguindo em luta, pelo Brasil todo. Serviram de exemplo a seus irmãos recém expulsos do campo e que foram morar nas periferias urbanas – o inchamento das cidades – nas condições as mais precárias e subumanas.

Então, o que restou foi arregaçar as mangas e construir as suas próprias alternativas de sobrevivência.

Pois foi desse esforço coletivo, nos campos e nas periferias urbanas, que surgiu esse novo broto de socialidade, vindo de um desafio, mas que se tornou ao mesmo tempo uma convocação: a Economia Solidária. (O nome foi aparecendo aos poucos.)

Construir seus próprios meios de sobrevivência e fazer isso juntando as forças, solidariamente, de modo autogestionário, constituindo-se numa prova de que uma outra economia é possível, uma outra sociedade é possível, “um outro mundo é possível”.

É importante que se diga que esse tomar nas mãos a iniciativa econômica num marco de solidariedade surgiu igualmente como resistência aos programas do neoliberalismo. Foi a resposta popular diante não apenas da situação de precarização do trabalho, extinção de postos de trabalho e crescimento do desemprego e da miséria criadas pelo sistema, como também diante dos mecanismos que foram criados, chamados de “solidariedade”, para compensação e acomodação social. O “Comunidade Solidária” não era outra coisa senão isso: ricos, de cima, ajudando os pobres a quem tinham acabado de desempregar, e aproveitando com isso para fazerem seu marketing pessoal e empresarial - a figura do bom moço ou da boa moça.

A isso, a população respondeu gerando seu próprio trabalho, e contrapondo à solidariedade vertical, de cima, de iniciativa dos poderosos, a solidariedade horizontal, entre “os de baixo”, entre os iguais, trabalhadores e trabalhadores.

Foi no meio desse alvoroço todo, um longo processo no decorrer dos anos 90 e 2000, que a Capina pode desenvolver a sua saga junto à Economia dos Setores Populares e ao desafio lançado pelo movimento nascido ainda em finais do século passado: o da Economia Solidária.

E nesses longos 20 anos – longos de muitos acontecimentos e reviravoltas – a Capina traçou um caminho que se configurou num modo de atuar em prol da sustentabilidade das iniciativas econômicas populares. Na impossibilidade de se multiplicar por todo o território nacional com

um exíguo número de quadros, ela acabou por construir uma proposta de formação de assessores que desse conta de traduzir aquilo mesmo que ela traz no nome: Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa.

Essa proposta de formação foi construída através das atividades desenvolvidas na execução do projeto “Aprendendo e aprimorando estratégias de formação em Viabilidade Econômica e Gestão Democrática”¹.

A intenção deste *Sustentabilidade dos Empreendimentos Populares - uma metodologia de formação* é a de apresentar para o debate, nesse momento em que o tema da formação ocupa a ordem do dia, os fundamentos e as especificidades do processo formativo proposto pela Capina.

Nesse sentido no primeiro capítulo de: “Na Busca dos Números a Discussão das Relações”, Ricardo Costa traça o itinerário percorrido durante anos, proporcionando “serviços de assessoria no campo da administração junto a organizações de produtores associados”. Como ele diz, “foram 15 anos em que o maior aprendizado foi o nosso” .

E uma parte desse aprendizado foi que, “lidando com pessoas cujo saber foi construído de forma diferente do nosso” - que é do tipo acadêmico - mas foi construído na vivência, “sem espaço para abstração”, tivemos que buscar ajuda de “pessoas com experiência em Educação Popular, para desenvolverem uma linguagem adequada” com base “na prática concreta vivida”. Para assim se poder buscar um modo de trabalhar a tão cobiçada “gestão democrática”, de “construir juntos as regras que definem relações de trabalho democráticas”, o que se põe como “indissociável” da busca da “viabilidade econômica”.

Quanto a esta, Ricardo confessa com toda a honestidade tratar-se de mero expediente, montado sobre sete contas, que “serve para orientar a decisão dos investidores sobre a conveniência de realizar determinado investimento”. O Estudo de Viabilidade Econômica “é um método de análise do empreendimento que serve para avaliar seu potencial de reproduzir o capital que nele venha a se investir.” Ou seja, é um instrumento do capital financeiro, visando resguardá-lo de possíveis prejuízos e preservar seus lucros.

Ora, a sabedoria do processo é aquela da inversão de objetivos e prioridades, o que temos visto com bastante freqüência nas práticas da Economia Solidária. Neste caso, procuramos usar as contas do estudo de viabilidade econômica de modo a permitir que os trabalhadores possam

1 Ver projeto na página 62

chegar a ter um conhecimento mais coerente e profundo das suas próprias atividades produtivas e, ao mesmo tempo, buscamos que “os números reflitam a sua lógica”, a lógica desses trabalhadores.

E mais: que seja feito como um ato solidário, entre trabalhadores, e junto com os seus assessores, que com eles mantêm “uma relação pautada pela confiança e respeito mútuo”, aliados que se reconhecem e se querem como companheiros que buscam construir juntos um caminho novo. Assim, “Na Busca dos Números” acaba por se abrir espaço a “A Discussão das Relações” entre os trabalhadores, as regras de convivência no ambiente do trabalho.

Na sequência, Gabriel Kraychete, que percorreu grande parte desta caminhada conosco, trata mais detidamente do tema da Sustentabilidade dos Empreendimentos de Economia Solidária, sob o prisma do Processo de Trabalho e do Desenvolvimento Local.

Em seu texto, examinando as condições que julga essenciais à sustentabilidade dos empreendimentos da Economia Solidária, procura responder às três questões seguintes: i) relação entre processo de trabalho, viabilidade econômica e forma de gestão dos empreendimentos associativos; ii) condições de sustentabilidade desses empreendimentos conforme os diferentes espaços - rural ou urbano - em que se situam e iii) relação entre sustentabilidade da Economia Solidária e o desenvolvimento local.

Kraychete distingue, por exemplo, a função que tem o processo de trabalho na empresa capitalista, em que nada mais é que “um meio do processo de valorização do capital”, daquele exercido num empreendimento tipo associativo, em que todos os recursos gerados se destinam a prover e repor os meios de vida” e em que são utilizados “os recursos humanos próprios”. Como faz constatações valiosas, tipo “as condições de viabilidade de um empreendimento associativo tem por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelos trabalhadores, conforme regras por eles definidas”.

Não devo aqui me substituir ao autor Gabriel Kraychete. Quero apenas concordar com sua provocação final, de que “o crescimento e a sustentabilidade da Economia Solidária pressupõe uma ambiência que promova esse tipo de economia”. Ou seja, “a sustentabilidade dos Empreendimentos da Economia Solidária não é uma questão técnica (apenas) ou estritamente econômica, mas essencialmente política”. Depende de “ações políticas comprometidas com um processo de transformação social”.

Logo a seguir, o capítulo de Katia Aguiar nos oferece uma apresen-

tação preciosa do processo de pesquisa realizado pela Capina, em cima das práticas de formação de agentes da Economia dos Setores Populares, inclusive aqueles da Capina. Foi essa a pesquisa que permitiu que se consolidasse a proposta de formação que hoje a Capina apresenta².

No texto de Katia, *Triade: Subjetividade, Cultura e Economia dos Setores Populares*, vamos encontrar os pressupostos sobre os quais se desenvolveu essa pesquisa. As intencionalidades subjacentes, o modo da pesquisa, de Pesquisa-Intervenção, os objetivos, o problema central - adequação das concepções de gestão e formação nas propostas de qualificação de agentes da Economia Solidária e suas aspirações de transformação das relações e dos processos de trabalho em empreendimentos associativos populares -, as suas hipóteses, enfim.

Mas chama a atenção, sobretudo, nessa apresentação de Katia, ao nos falar dos procedimentos da pesquisa, em especial da análise do material coletado - e da busca de “indicadores de problematização” - a descrição que ela faz de três “linhagens” que seriam capazes de abrigar as “tendências nas políticas de formação e gestão”. São três vertentes que ela não quer que sejam vistas como classificatórias, senão como tendências mesmo. A saber: i) uma linhagem tecnocrático-cientificista, conforme o paradigma hegemônico; ii) uma linhagem sociocrítica, que poderíamos identificar como a de uma esquerda mais tradicional; e iii) uma linhagem ético-estética, mais a frente chamada também de “criacionista” (com todo o cuidado que este termo exige) que poderíamos indicar como uma tendência de uma esquerda mais recente, mais tipo pós-68.

É bem verdade que ela afirma forte presença, no campo da economia popular e solidária, de “hibridações” entre as três linhagens, e que “nesse hibridismo reside a potência das práticas no campo da economia dos setores populares”. Mas, de qualquer forma - e todos que já tivemos a oportunidade de presenciar suas intervenções sabemos disso -, a autora assume essa terceira linhagem de forma explícita quando afirma que “Ele (o hibridismo, ou o campo, ou os dois: este campo ‘hibridizado’) faz falar as capturas e resistências e convida à construção de ferramentas que favoreçam os agenciamentos de linhas criacionistas nas práticas onde formação (saberes) e gestão (poderes) se engendram mutuamente”.

2 Ver, por exemplo, *Economia dos Setores Populares: pensamentos, ferramentas e questões*, Capina, Porto Alegre, 2009; e *Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos*, Capina, Porto Alegre, 2009

Esse aliás seria o objeto final da pesquisa: compor uma espécie de caixa de ferramentas ou apetrechos disponíveis e apropriados a serviço desse ‘criacionismo’ e que possam ser utilizados a qualquer hora e em qualquer lugar: o que Katia, ao final do texto, vai propor, provocativamente, seja chamado de “instalação”.

Sem dúvida, com tal declaração de posições, a Capina avança no cenário das discussões contemporâneas, e faz isso de modo extremamente prático, como foi sempre aliás a sua característica: botando a teoria para agir, colocando-a à prova e fazendo-a andar. E Katia assume esse protagonismo.

Maria Aída Bezerra, uma Educadora Popular já consagrada e bastante conhecida, em seu capítulo, chamado Entre Mundos, expõe o que para ela representa a contribuição da Educação Popular no trabalho de formação de formadores, educadores, realizado pela Capina junto aos assessores dos empreendimentos da economia dos setores populares.

É uma “aventura”, diz ela. Sem dúvida, porque é uma novidade “a dinamização de processos educativos que se propõem a fortalecer as iniciativas econômicas populares” já que, até aqui, a economia não era seara em que se permitisse que o povo metesse a mão. Por isso, nem mesmo a Educação Popular havia tratado antes desse assunto.

E nós, educadores, como faríamos isso se, também nós, “fomos forjados para cumprir um papel de seguidores” e estamos acostumados a “reproduzir a mesma matriz: mobilizar outros seguidores que também não precisam pensar, só confiar”?

Aída nos vai provocar mais. Por exemplo, quando diz que a idéia de que “a insuficiência de escolaridade é que torna os setores populares carentes e frágeis em suas iniciativas” serve apenas para esconder “a afirmação da superioridade do conhecimento das elites” e este como sendo o motivo de “seu sucesso político, social e econômico”. Ou, senão, ao falar do percurso de insurgência também dos assessores que, por trabalharmos no campo da economia, devem “buscar possibilidades de mudança”, cuidando-se “para não sermos traídos pelas nossas próprias heranças”. Nesse sentido, cumpre lograr a desconstrução das “ferramentas de um poder centralizador que cerceia e manipula as nossas liberdades”. Ou, então, vem nos alertar para o risco da “liderança” que, “com a cultura de submissão acalentada pelo sistema, o risco da acomodação sob a ‘liderança’ de um poder mais centralizado pode se traduzir na reprodução da mesma inércia política”. Ou chamar a atenção de que “a mais apaixonante na atualidade das práticas educativas é a confiança na potencialidade do outro”. E “a

dinamização desse potencial traz à tona a carga afetiva que dá moldura aos atos de expressão da criação”.

No entanto, concluindo, Aída lembra que “nem sempre vamos ter o prazer de descansar à sombra da árvore que brotou daquela pequena semente que ajudamos a plantar”.

Aí está o desafio, participar desse cultivo. O campo, aquele da Economia dos Setores Populares, é muito vasto, e as variedades das culturas são diversas.

Nele, a Economia Solidária, longe de ser um sistema de alguma forma já prefigurado, não é nenhum conjunto mais estruturado de propostas e teorias já experimentadas e comprovadas. É um movimento, sobretudo, um campo em construção. É mais um apelo, um chamado, uma convocação. É um grande campo de plantio e de experimentação.

A Economia dos Setores Populares está convocada a vir se compor nesse movimento social, que é um movimento social de novo tipo: ele se institui e cria desde já o que reivindica e aquilo por que luta. Não pede licença nem pede por favor - levanta a cabeça e faz. Como quem tem dado passos largos rumo a uma “destituição de atribuição do poder”. Porque desmontou o fantasma do outro “todo poderoso”, diante de quem tenha ou que se curvar e se inibir, ou que se revoltar e ir à desforra. Nem uma coisa nem outra: simplesmente reconhecer que somos iguais, apesar de toda a diferença na qual fomos feitos.

Por isso buscamos fazer a economia de um modo solidário. Só podemos conceber na casa (o oícos, a oca) de todos, princípios e leis (nomos) de igualdade e respeito mútuo, que tenham por finalidade a reposição e a fecundidade da vida sobre a Terra que é a casa de todos.

Assim, ao aceitar essa convocação, as iniciativas econômicas populares se responsabilizam por buscar não reproduzirem em seu seio a lógica nefasta da exploração do trabalho alheio, do desrespeito à dignidade humana, do desprezo pela vida e a depredação do meio ambiente, que são características do modo de proceder do capital.

Somos pequenos e somos poucos, é verdade. Não passamos de uma forma de se trabalhar e de viver entre tantas outras. No máximo, podemos nos ver como um embrião de um possível projeto, quem sabe, de uma grande mudança social. Na verdade, somos é um grande laboratório a céu aberto, no qual experimentos os mais diversos e nos mais diversos campos vêm sendo feitos. E aos poucos, vamos desenvolvendo e ajudando a construir e discernir os elementos constitutivos e capazes de compor uma nova cultura mais amiga, mais fraterna e mais humana.

Assim que vemos ir se ampliando uma ambiência social-econômico-política na qual os valores da solidariedade, da gestão democrática, do bem comum e da radicalização da democracia podem avançar e ganhar novas formas, concretas, práticas e reais, no seio da atual sociedade. Muitos são os setores que já funcionam, inclusive, com esta outra lógica, mesmo que não se dêem conta. Podem vir a se incluir nesse movimento, muita gente da cultura, da ciência, da música, da informática, das comunicações, da saúde, dos movimentos dos negros, das mulheres, indígenas, quilombolas, etc., etc., etc.

Portanto, a convocação não é feita apenas para a Economia dos Setores Populares. Ela está dirigida também ao âmbito do Estado, da economia pública, que já deve por dever de ofício, prover o bem comum e zelar pelos direitos sociais.

Estamos ainda dispersos. Precisamos nos reconhecer mais, trocar mais entre nós, para podermos ampliar sempre mais o nosso campo de intervenções e de possibilidades. O caminho é longo e estamos todos convocados a participar. O debate está aberto.

O campo do plantio e de experimentação de novas sementes está franqueado.

Na Busca dos Números, a Discussão das Relações

Ricardo Costa

Para nos situarmos, um pouco de história

A Capina foi fundada na década de 80, uma época em que já era expressiva a quantidade de “Grupos de Produção Associada” – como se chamavam algumas das iniciativas populares de natureza econômica.

No meio urbano, havia grupos de trabalhadores saídos das fábricas, qualquer que tivesse sido o motivo, que se reuniam para fabricar, em coletivo, produtos cujo processo de produção fosse correlato a suas profissões.

No campo, a queda regular e consistente dos preços dos produtos tradicionalmente cultivados pelos pequenos agricultores os obrigava, entre outras medidas, a sair em busca de outros produtos, os chamados produtos de mercado. O sistema de plantar para o consumo e vender o excedente já não conseguia sustentar suas famílias. É também nesta época que aumenta o número de associações de agricultores criadas com o objetivo de agregar valor à produção através de seu beneficiamento, feito de forma comunitária.

Em ambas as situações, mudanças acentuadas na vida profissional desses trabalhadores que passam a se ver na contingência de ter que lidar com questões muito mais amplas do que simplesmente produzir. É importante registrar que esse movimento em direção a mudanças não ocorre unicamente por iniciativa dos trabalhadores. Já nessa época era expressiva a ação de profissionais (os assessores locais) que, ligados a instituições dos movimentos sociais (igrejas, pastorais sociais, ONGs, etc.) ou até mesmo ao governo, trabalhavam para fortalecer essas organizações dos trabalhadores, no campo e na cidade. Muitos desses empreendimentos tiveram vida curta, enquanto outros vingaram e lograram fazer sua história.

É nesse ambiente que a Capina é fundada, em 1988. Seu objetivo era o de proporcionar serviços de assessoria no campo da administração junto a essas organizações de produtores associados – naquela época ainda não se falava em economia solidária.

A idéia que tínhamos era de que nosso trabalho consistiria no simples

repassa de técnicas de administração, de organização do trabalho, de registro da movimentação financeira, de cálculos de custos, etc.

Com essa ilusão, começamos a atender aos inúmeros chamados recebidos em resposta a uma única divulgação que fizemos de nossa existência. Não era só a Capina que imaginava que o aporte de conhecimento técnico na área da administração se traduziria em fortalecimento substancial da sustentabilidade dos empreendimentos da Economia dos Setores Populares.

Foram quase quinze anos de assessorias prestadas diretamente a cerca de cento e trinta organizações situadas em vinte estados da nação. Foi o período de sua história em que a Capina acumulou maior aprendizado. Aprendeu muito mais do que a soma das organizações que assessorou.

Começando a aprender

O aprendizado mais importante diz respeito ao nosso próprio trabalho.

Aos poucos descobrimos que estávamos lidando com pessoas cujo saber foi construído de forma diferente do nosso. Um saber acumulado a partir da própria vivência, que não tem as sofisticadas adquiridas na academia, onde a nossa forma de pensar foi forjada. Começamos a perceber que o caminho percorrido pelo pensamento quando transforma a experiência vivida em conhecimento novo, se dá de forma direta. Não sobra espaço para abstrações.

Nossas tentativas de “repassar” conhecimento, simplesmente pela fala, sem recorrer a situações concretas e visíveis, com muita frequência, resultaram em grande dificuldade para nos fazermos entender: frustrações para todos.

Aos poucos e com a ajuda de pessoas com experiência em educação popular, fomos desenvolvendo “uma linguagem adequada” em que a forma de expor o pensamento se apoia na prática concreta vivida pelas pessoas e não na transferência de conhecimentos teóricos, abrangentes demais e por isso mesmo descolados da prática.

Ao mesmo tempo fomos descobrindo/observando como a organização do trabalho dos grupos é influenciada por essa forma de pensar. Seguem-se algumas dessas observações.

Há uma tendência a centrar a atenção no processo de produção. Às outras tarefas, que fazem parte do processo, é dada pouca atenção. Um

exemplo é a questão das vendas: poucos grupos se organizam para vender sua produção. Às funções administrativas, igualmente, é dada pouca atenção.

Mesmo estando no centro das atenções, em geral, o conhecimento sobre os processos de produção é insuficiente. Os procedimentos essenciais são conhecidos, mas pouco se sabe sobre as razões que determinaram não só a sua escolha como a forma de fazê-los. As fórmulas, as formas de fazer, uma vez aprendidas, são aceitas como corretas; poucas vezes se vê preocupação em rever/aprimorar processos. Esse conhecimento, mesmo superficial, não é uniformemente distribuído. Poucos têm preocupação em manter uma “visão geral” sobre a atividade.

Quanto à gestão, na grande maioria dos grupos, todos se querem iguais. Não há chefes. É a gestão democrática. Grande parte dos grupos é formada por pessoas que já se relacionavam antes de começarem a trabalhar juntas. A distribuição das tarefas é feita de forma intuitiva. São raros os grupos que realizam reuniões regularmente.

Analisadas hoje, é fácil concluir como essas características são coerentes com a história da formação desses empreendimentos.

A escolha da gestão democrática

A busca da eficiência em regimes que se querem autogestionários é um grande desafio.

É muito vasta a produção de conhecimento sobre gestão de empreendimentos econômicos. As enormes quantias investidas, nos últimos anos, resultaram em grande evolução nas teorias da administração. Isso se traduz num conhecimento de alta qualidade para o que se propõe: a gestão de empreendimentos em que o alto comando da empresa concentra em suas mãos o poder de tomar as decisões estratégicas. É fácil concluir que só uma pequena parte desse conhecimento é aproveitável para a economia dos setores populares.

Ao conjunto dos trabalhadores cabe cumprir o que ditam os manuais de procedimentos, sempre em permanente aperfeiçoamento. Para os trabalhadores que se adaptam está tudo bem; já os que não se adaptam podem exercer seu poder de escolha: demitir-se.

O significado de eficiência que para essas empresas é a maximização dos lucros, para os empreendimentos da economia dos setores populares é a manutenção de postos de trabalho dignamente remunerados. Eficiência

não é um conceito politicamente neutro.

Como já dissemos, a escolha dos empreendimentos da Economia dos Setores Populares é pela gestão democrática que, por suposto, subentende menos obediência e mais responsabilidade – muito mais difícil, portanto.

Nesse ponto chegamos a uma bifurcação e, ao mesmo tempo, constatamos que ambas as trilhas precisam ser percorridas.

A trilha da esquerda diz que se as relações de trabalho ditadas pelo sistema hegemônico não nos servem, teremos que construir outras e a da direita diz que manter postos de trabalho dignamente remunerados, pressupõe que haja viabilidade econômica.

O pacto de convivência e a viabilidade econômica

O desafio é tentar construir um conjunto de regras que definam relações de trabalho democráticas: um pacto de convivência no ambiente do trabalho. Uma coisa é certa: para serem democráticas, devem ser construídas no coletivo.

Uma segunda certeza: as regras precisam ser claras para todos. Cada um deve saber o que o grupo espera de si. E deve também ter segurança sobre o que esperar do grupo.

Essa clareza é condição para a construção de relações que permitam enfrentar para superar, ao invés de contornar, os inevitáveis conflitos que fazem parte de toda atividade coletiva.

Uma proposta – concebida à luz do que aprendemos sobre o nosso próprio trabalho: trabalhar, concretamente, a partir da prática. Se o que se quer construir são relações de trabalho democráticas porque não começar a construção a partir das tarefas que compõem esse trabalho?

Um primeiro passo poderia ser o exercício coletivo de listar todas as tarefas que precisam ser executadas para se obter a produção. É importante haver um esforço no sentido de não deixar nenhuma tarefa esquecida.

No mesmo processo se estabeleceriam discussões sobre a melhor forma de executar cada uma dessas tarefas, destacando os cuidados a tomar e as responsabilidades que precisam ser assumidas.

Já vai ficando claro que nesse mesmo processo discutir-se-ia a distribuição das tarefas. Diante da lista de todas as tarefas que têm que ser executadas, construir um acordo (o pacto de convivência) no sentido de que cada um assuma o seu pedaço e conheça o dos companheiros. Não se trata de todos fazerem de tudo mas sim de cada um SABER, não só o que

lhe cabe fazer mas também o que o outro faz e o porquê.

Trata-se, sem qualquer dúvida, de uma discussão difícil que exige um grau de comprometimento sobre o qual a experiência do grupo, certamente, é pequena. Por isso, a ajuda do assessor local (mencionado no início do texto), por trazer um olhar externo, pode ser de grande valia nesse processo.

O esforço para construir regras de convívio que conduzam a relações de trabalho que sejam democráticas, não é novo e também não é fácil. Por outro lado, no caso dos empreendimentos econômicos populares, o alcance da viabilidade econômica e o estabelecimento dessas regras são indissociáveis. O que se busca é associar a harmonia do ambiente de trabalho com um nível de eficiência que não comprometa a sustentabilidade do empreendimento.

É óbvio que a sustentabilidade dos empreendimentos populares depende também e em grande parte, de fatores que lhes são externos e sobre os quais eles não têm controle. Nesse sentido, é absolutamente indispensável lutar por políticas públicas que promovam o fortalecimento dos empreendimentos econômicos populares.

Faz-se igualmente urgente o desenvolvimento de um conhecimento que conduza a processos adequados de formação para o fortalecimento da sustentabilidade dos Empreendimentos da Economia dos Setores Populares.

Qualquer empreendimento não será sustentável até que seus componentes sejam capazes de conduzi-lo com um mínimo de autonomia.

Justifica-se plenamente o esforço de manter um permanente aperfeiçoamento dessas regras de convívio no ambiente de trabalho dos empreendimentos econômicos populares.

A viabilidade econômica e o pacto da convivência

Uma maneira segura para conhecer as condições que precisam ser atendidas para que uma atividade econômica atinja os propósitos programados é elaborar um Estudo de Viabilidade Econômica – EVE.

O EVE foi criado para orientar a decisão dos investidores sobre a conveniência de realizar determinado investimento. É um método de análise do empreendimento que serve para avaliar seu potencial de reproduzir o capital que nele venha a se investir.

Um método que orienta como calcular os custos e as receitas e pro-

põe sete contas muito simples que permitem estimar diversos cenários e, para cada um, calcular o resultado esperado e a receita mínima necessária para que se garanta a cobertura de todos os custos envolvidos. Ou seja, as condições para que o empreendimento atinja seus objetivos. Obviamente essas são informações da maior importância para qualquer empreendedor, inclusive para os da Economia dos Setores Populares.

É importante dizer que essas sete contas simples (uma soma, três diminuições, duas multiplicações e uma divisão) são as mesmas, independente da complexidade da atividade. É o cálculo dos custos que se torna mais complicado quando as atividades são complexas. Nas atividades simples, todas essas contas, inclusive as dos custos, são igualmente simples. Na Economia dos Setores Populares, a grande maioria dos empreendimentos trabalha com atividades muito simples.

O cálculo dos custos depende, evidentemente, da correta e detalhada observação das diversas tarefas que compõem a atividade. É dessa observação que se vão tirar os números necessários para as contas. Conclui-se que, mais do que contas complicadas, o que se precisa conhecer, com profundidade, são essas atividades componentes do processo produtivo.

Chegamos mais uma vez, ao aprendizado de trabalhar a partir da prática mencionado no início deste texto. Mesmo que não explicitem, os grupos de produção fazem contas e usam seus próprios números. Um exemplo clássico é o das doceiras na produção de goiabada. Se alguém lhes perguntar qual é o rendimento das goiabas na fabricação de um quilo de doce, elas muito provavelmente não saberão responder. Mesmo que a pergunta, melhor formulada seja: quantos quilos de goiaba são precisos para fabricar um quilo de doce, elas continuarão em dúvida. Mas elas sabem exatamente a quantidade de goiabas (e de todos os demais ingredientes) que cabem no **tacho** que usam para fazer o doce. E sabem, com precisão, qual é a quantidade de doce que “rende” um tacho de goiabas. Portanto têm os elementos para saber os custos e a receita de sua atividade.

As unidades de medidas que aprendemos na escola são quilo, litro, grama, etc., enquanto as unidades das doceiras são tachos, pacotinhos de doce, cestos de goiaba, etc. Usar as unidades das doceiras, ao invés de complicar, facilita enormemente as contas. Mas há uma razão muito mais importante para usar os números das doceiras: com eles, elas entendem as contas. Esses são os números que refletem a sua lógica a sua forma de pensar. Elas não só entendem as contas como nos corrigem se praticarmos algum engano. Cria-se, portanto um eficiente canal de comunicação entre nós e as doceiras. E esse entendimento é o nosso objetivo maior.

É a porta que dá passagem para colocar em discussão todo o processo de produção. É interessante observar como a preocupação em identificar os números que retratam a prática (o termo é retratar mesmo – que sejam a cópia exata da prática) da produção conduz naturalmente, à discussão sobre o modo como as pessoas trabalham – quem faz o que, porque, etc. A procura dos números abre espaço para que se discutam as relações estabelecidas entre os trabalhadores, as regras de convívio no ambiente de trabalho.

Na busca dos números, a construção das relações. Retornemos ao capítulo anterior para reforçar a construção das regras de convivência, agora com a ajuda dos números para alimentar as discussões.

A aliança com os assessores

Felizmente, uma grande parcela de empreendimentos pode contar com os serviços de um assessor. Esses profissionais, de um modo geral, trabalham com diversos grupos e mantêm com todos uma relação pautada pela confiança e respeito mútuos.

A maioria tem grande experiência em lidar com as organizações do movimento social popular, mas não tem familiaridade com a economia e nem com as questões ligadas à produção dos empreendimentos econômicos populares.

Quando a Capina criou os Cursos de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática, a idéia era despertar a atenção dos assessores que já trabalham com organizações da economia dos setores populares para a importância de trabalhar, também, a sustentabilidade dos empreendimentos, e demonstrar que o conhecimento necessário é facilmente apropriável, estimulando-os a incorporarem às suas práticas, junto aos grupos, o hábito de elaborar o estudo da viabilidade econômica e associativa da atividade.

O Curso é composto de dois módulos. No intervalo dos dois, cada participante se propõe a elaborar o estudo de viabilidade junto com um dos grupos que acompanha. Encaminhados à equipe da Capina a tempo, esses trabalhos de campo terão, no segundo módulo, discutidas as dificuldades, os imprevistos e os achados encontrados durante sua elaboração.

A experiência de ter completado onze cursos, desde 2003, nos indica que construir alianças com os assessores é um caminho acertado, nesse esforço de contribuir para o fortalecimento da sustentabilidade dos empreendimentos da Economia dos Setores Populares. Dos mais de trezentos assessores que estiveram conosco nesses cursos temos diversos testemu-

nhos de que, realmente, da busca que fizeram dos números da viabilidade econômica, resultaram ricas discussões nos grupos sobre suas relações de trabalho.

Processo de trabalho, desenvolvimento local e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária.

*Gabriel Kraychete*³

Este texto tem por objetivo examinar algumas condições essenciais à sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. A sustentabilidade aqui entendida, como indica Coraggio, não apenas como a capacidade dos grupos saberem tocar e gerir o seu empreendimento ou de resolver problemas particulares, mas de ampliarem continuamente o alcance de suas práticas⁴. Parto do pressuposto que as iniciativas direcionadas para a busca da sustentabilidade descoladas dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento e dos espaços nos quais os mesmos se situam, constituem uma abstração.

O texto está organizado em torno de três questões. Qual a relação entre processo de trabalho, viabilidade econômica e a forma de gestão dos empreendimentos associativos denominados de economia solidária? Quais as condições de sustentabilidade desses empreendimentos conforme os diferentes espaços nos quais os mesmos se situam? Como equacionar a relação entre sustentabilidade da economia solidária e desenvolvimento local? O ponto de partida para o exame dessas questões consiste numa caracterização dos empreendimentos da economia solidária, tal como eles existem hoje.

1. Um perfil dos empreendimentos da economia solidária

Uma primeira informação mais abrangente sobre o “estado da arte” dos empreendimentos da economia solidária⁵ foi proporcionada pela pes-

3 *Professor Titular da Universidade Católica de Salvador - UCSAL.*

4 *Cf. Coraggio, J. Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria. Disponível no site < <http://www.coraggioeconomia.org>.> Acesso em 20/05/2006.*

5 *No final de 2003, a SENAES constituiu o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento) que estabeleceu um consenso em torno das concepções básicas sobre a economia solidária. O trabalho de campo foi realizado durante o ano de 2005, e os seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006 e encontram-se disponíveis no site www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp*

quisa realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES, com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Conforme o Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004) foram considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuam as seguintes características:

- a. organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b. as atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;
- c. organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

As primeiras tabulações dessa pesquisa permitem delinear o seguinte perfil dos empreendimentos associativos:

- Foram identificados cerca de 15.000 empreendimentos em 2.274 municípios, envolvendo mais de 1,2 milhão de pessoas (possivelmente estes números são maiores, pois o mapeamento não alcançou todos os municípios em vários estados do país);
- A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (54%), seguida dos grupos informais (33%) e cooperativas (11%). A recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu foi citada por apenas 1% dos empreendimentos;
- A maior parte dos grupos se estruturou tendo por principal motivação a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego, seguida pela busca de uma fonte complementar de renda, pela possibilidade de obter maiores ganhos através de um empreendimento associativo e pelo desejo de desenvolver uma atividade em que todos são donos;
- O trabalho associativo tem sido majoritariamente decorrente do esforço e dos recursos exclusivos dos próprios trabalhadores. Essa dependência de recursos próprios ou de doações limita o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos. Diante

da ausência de um sistema de financiamento adequado, vários grupos se organizam mas não conseguem os recursos necessários para o início da atividade. Ou então, conseguem recursos para os equipamentos, mas não dispõem de capital de giro. A longa demora na obtenção dos recursos necessários ao início da atividade dilui a capacidade do grupo se manter coeso. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação constitui uma *travessia no deserto*, e muitas iniciativas sucumbem durante o percurso;

- Predominam os empreendimentos que atuam exclusivamente na área rural. Os empreendimentos que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 33% do total. Os empreendimentos associativos no meio rural possuem características peculiares em relação aos tipicamente urbanos, como veremos em seguida;
- Predominam as atividades de produção e comercialização de produtos da agropecuária, extrativismo e pesca (mais de 40%), seguidas pela produção e serviços de alimentos e bebidas e produção de artesanatos;
- Apenas 6% dos empreendimentos produzem exclusivamente para o auto-consumo dos sócios. Ou seja, os empreendimentos associativos estão inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam esses cálculos;
- Em 64% dos empreendimentos a matéria-prima provém de empresas privadas e, em 30%, é adquirida dos próprios associados (trata-se, certamente, do beneficiamento de produtos agrícolas). Apenas 6% adquirem de outros empreendimentos solidários. Estamos, portanto, muito longe da construção de redes;
- Apenas 38% dos empreendimentos conseguem pagar as despesas e ter alguma sobra. Entre os empreendimentos que declararam o ganho dos associados, mais de 50% recebem o equivalente a até meio salário e 26% entre meio e 1 SM. Embora a obtenção de uma fonte complementar de renda apareça como um dos principais motivos para a organização dos empreendimentos, é plausível supor que essa renda seja a complementação de outra igualmente precária;
- 60% dos empreendimentos têm alguma relação ou participam de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitário, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares;

Estes dados revelam que apesar dos avanços e da maior visibilidade adquirida pelos empreendimentos da economia solidária, os mesmos apresentam grandes dificuldades e fragilidades, ainda pouco analisadas.

2. Processo de trabalho, viabilidade econômica e gestão democrática

Qualquer processo de trabalho - seja numa empresa privada, na agricultura familiar ou num empreendimento da economia solidária - possui os mesmos elementos constitutivos, ou seja: i) a força de trabalho; ii) o objeto de trabalho (matérias-primas) sobre o qual o trabalho atua; e iii) os meios de trabalho (instrumentos de trabalho) através dos quais o trabalho atua. Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que supõem uma determinada combinação de relações técnicas e relações sociais de produção. Concretamente, um mesmo conteúdo técnico assume diferentes formas sociais de produção, que expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho. As relações técnicas descrevem o processo de produção em seu sentido formal, como inter-relações entre o ser humano e a natureza, para mudar a forma desta. As relações sociais de produção dão conta da trama que se estabelece entre seres humanos no processo produtivo, como resultado da maneira como estão distribuídos os meios de produção (Foladori, 2001).

Na empresa capitalista o processo de trabalho manifesta-se como um meio do processo de valorização do capital. É o lugar no qual o capital produz e é produzido e, por isso mesmo, requer o controle imposto, abusivo ou refinado, sobre os trabalhadores. O processo de trabalho ocorre entre coisas que pertencem ao capitalista. Ele compra os meios de produção (matérias-primas, máquinas, equipamentos) e contrata os trabalhadores. A força de trabalho é uma mercadoria, cujo uso o empresário compra em troca de um salário. O empresário decide sobre as técnicas de produção, os mecanismos de controle e de gestão que vai utilizar. As decisões são tomadas visando o maior lucro. As grandes empresas possuem departamentos e gerentes que decidem e prestam contas aos acionistas.

Para os empreendimentos associativos, conceitos típicos da economia capitalista, como salário e lucro, tornam-se inapropriados e perdem o seu significado, pois não expressam as relações sociais de produção que caracterizam aqueles empreendimentos. A racionalidade da economia dos

setores populares⁶ está ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização dos recursos humanos próprios, englobando unidades de trabalho e não de inversão de capital.⁷

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. Os ganhos econômicos são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. As relações que os trabalhadores estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa empresa. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos trabalhadores assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São essas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento. Como indica Dagnino (2008), os mecanismos de controle e de cooperação são atributos inerentes a qualquer processo de trabalho. No caso dos empreendimentos da economia solidária esses mecanismos se estabelecem a partir de um processo coletivo e democrático, e não da autoridade do capitalista ancorada na propriedade dos meios de produção.

As condições de viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, têm por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelos trabalhadores associados, conforme as regras por eles definidas. Essa forma social de produção suscita e requer mecanismos democráticos de controle e de gestão.

Disso resulta que um grande desafio enfrentado pelos empreendimentos da economia popular solidária é o desenvolvimento de relações de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras. Em termos práticos, isso requer políticas e estratégias de formação que promovam, simultaneamente, a viabilidade econômica e a gestão democrática do empreendimento. A eficiência econômica e o modo de gestão não podem ser

6 *No âmbito dessa economia dos setores populares convivem tanto as atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diferentes modalidades de trabalho associativo. Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhe são concernentes. Não se trata, portanto, de adjetivar essa economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares. Sobre o conceito de economia dos setores populares ver Kraychete (2000).*

7 *O capital aqui entendido não como a existência de máquinas e equipamentos, mas como uma relação social, caracterizada pelas relações de trabalho assalariado.*

pensados separadamente, como se existisse uma formação para o associativismo e outra para a eficiência econômica. Se isso é verdade, seriam pouco eficazes as estratégias de formação que realizam os cursos de associativismo e, em seguida, tratam as questões econômicas seguindo o modelo de um “plano de negócios”, como se o empreendimento associativo fosse uma pequena ou média empresa.

As organizações econômicas populares possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliadas ou projetadas tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, os instrumentos de gestão, planos de negócio, análise de mercado e estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, distanciando-se das realidades encontradas nos empreendimentos associativos⁸.

Em geral, as atividades de formação para o associativismo atêm-se aos princípios do cooperativismo e do trabalho associativo. Esses princípios são uma declaração do dever ser. Expressam uma meta, um ponto de chegada, um enunciado que todos concordam, mas que vale tanto para as primeiras cooperativas na Europa do século XIX, para um empreendimento associativo de grande porte, como para um pequeno grupo de mulheres que se organiza numa associação de costureiras. As condições concretas do processo de trabalho e das circunstâncias nas quais ele ocorre são muito diferentes em cada um desses empreendimentos, com evidentes implicações para a gestão cotidiana dos mesmos.

As atividades de formação descoladas da organização e dos processos de trabalho concretos peculiares a cada empreendimento, constituem uma abstração. Se nos atemos apenas aos princípios e não nos deixamos interpelar pela realidade podemos enfrentar problemas incontornáveis. Por exemplo: o primeiro princípio do cooperativismo é a associação livre e voluntária. Mas sabemos que, numa realidade como a brasileira, a busca de uma alternativa de trabalho face ao desemprego é a principal motivação para a organização dos empreendimentos associativos.

É insuficiente afirmar que a gestão democrática se caracteriza pela ausência de separação entre os que decidem e os que executam. Essa é uma declaração de princípios que pode ser inócua se descolada do processo de trabalho peculiar a cada grupo.

8 *Sobre as estratégias de formação direcionadas para os empreendimentos da economia dos setores populares ver Kraychete (2007)*

No caso dos empreendimentos associativos, portanto, o processo de trabalho específico de cada empreendimento, a eficiência econômica e a forma de gestão (democrática) não podem ser pensadas separadamente. Tal como o entendemos, o estudo de viabilidade desmistifica as contas. Os números que entram nas contas dependem de decisões relacionadas às “regras do jogo” do trabalho associativo definidas pelo grupo. Ou seja, dependem das formas de cooperação e controle. Por exemplo: o número será diferente conforme a decisão do grupo sobre a forma de remuneração dos associados - se retirada fixa, ou por produção, ou por hora trabalhada, ou sobra dividida igualmente entre todos etc⁹.

Os empreendimentos, entretanto, não levitam em espaços vazios, mas localizam-se em determinados territórios. Em que medida esses territórios, como palcos de determinadas relações sociais, restringem ou potencializam as condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos que neles se situam?

3. Os empreendimentos solidários em seus espaços

O mapeamento em economia solidária revela que a maior parte dos empreendimentos envolve atividades localizadas no meio rural. Em todo o Brasil, o número de trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários corresponde a cerca de 1,2 milhão de pessoas. Deve-se observar, entretanto, que esse total é inferior ao número de desempregados apenas da Região Metropolitana de São Paulo.

Na Região Metropolitana de Salvador - RMS, por exemplo, a População Economicamente Ativa - PEA corresponde a cerca de 1,6 milhão de pessoas. Desse total, 330 mil estão desempregadas. Considerando como trabalho precário os trabalhadores por conta própria que não recolhem para a Previdência Social, os assalariados sem carteira e os empregados não remunerados, tem-se um contingente de aproximadamente 1 milhão de pessoas. Conforme os dados do mapeamento, a RMS possui 100 empreendimentos econômicos solidários (7% do total da Bahia), reunindo

⁹ *Tal como o compreendemos o estudo de viabilidade não é algo feito num lugar para ser aplicado em outro. Não se trata de um trabalho tecnocrático, realizado por especialistas externos ao grupo. O que se pretende através do estudo é aumentar a capacidade do grupo de intervir e influir na realidade em que se situa. Nesses termos, o estudo de viabilidade não é uma questão técnica, mas essencialmente educativa e política (Kraychete, 2007).*

cerca de 4.000 pessoas. Isso corresponde a pouco mais de 1% apenas dos desempregados na RMS e a 0,004% do conjunto dos trabalhadores com trabalho precário.

Mesmo admitindo-se que o número de empreendimentos solidários seja maior do que os identificados no mapeamento, as características desses empreendimentos, tal como eles existem hoje, sugerem conclusões cautelosas sobre as expectativas de representarem uma alternativa em larga escala para o desemprego e para o trabalho precário. Sobretudo quando se considera a dimensão e o perfil da PEA localizada nos espaços urbanos.

Num país como o Brasil, é preciso indagar sobre a situação de milhões de pessoas que vivem de ocupações precárias e, sobretudo, do trabalho realizado de forma individual ou familiar. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande número de trabalhadores. Em 1980, após cinquenta anos de industrialização e urbanização aceleradas, o emprego regular assalariado, somado aos autônomos contribuintes para Previdência Social, aos funcionários públicos e aos empregadores não atingiam 56% da PEA (Delgado, 2004).

Até os anos 1970, predominava a visão que explicava a pobreza, sobretudo a urbana, como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento da economia capitalista. Desse ponto de vista, não haveria razão para se perder tempo discutindo a situação das pessoas não-integradas ao mercado capitalista de trabalho. Três décadas depois, cresceu o número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia do qual já nos falava Milton Santos (2004), abrangendo modalidades de trabalho que tendem a se reproduzir com a própria expansão dos setores modernos¹⁰. Por sua magnitude e caráter estrutural, a reprodução dessas formas de trabalho já não pode ser explicada como um fenômeno residual, transitório ou conjuntural. A sua continuidade expressaria uma matriz de desigualdade e pobreza que se mantém ao longo da história¹¹. Em outras palavras, parece que não se trata de um contingente que, algum dia, será engatado ao processo de crescimento proporcionado pelos investimentos no “circuito superior” da economia, mas da presença de um futuro a ser recriado em escala ampliada.

10 *Esse circuito inferior da economia possui raízes históricas e foi amplificado, como um fenômeno urbano massivo, pelas políticas econômicas implementadas a partir da década de 90.*

11 *Ver a respeito, a instigante análise de Delgado (2004) sobre a reprodução e configuração contemporânea do setor de subsistência na economia brasileira.*

Nesse ponto, entretanto, cabe uma indagação: se o emprego regular apresenta-se como uma possibilidade remota, o que levaria, sobretudo nos espaços urbanos, à opção pelo trabalho associativo, em vez da atividade individual ou familiar, que já é mais extensivamente utilizada como uma alternativa de trabalho? Ainda mais considerando que o trabalho associativo pressupõe um aprendizado e relações mais complexas do que aquelas requeridas pela atividade por conta própria. Certamente é possível encontrar várias respostas. Embora a busca de trabalho face ao desemprego constitua uma forte motivação para a organização dos empreendimentos associativos, existem outras motivações. É possível identificar a busca de alternativas que permitam ganhos econômicos através de práticas e relações sociais que viabilizem uma reapropriação pelos trabalhadores das condições de existência do seu trabalho. Até agora, entretanto, essa busca acontece em condições extremamente adversas aos objetivos que pretende alcançar.

As condições de sustentabilidade dos empreendimentos associativos nos espaços urbano e rural são bem diferentes. A diferença espacial é a mais imediatamente visível, mas esconde uma diferença maior e mais fundamental, ou seja, a relação entre o trabalho e os meios de produção. Os mecanismos de gestão e as condições de sustentabilidade dos empreendimentos são determinados pela relação de propriedade pré-existente dos trabalhadores com os meios de produção.

Os agricultores familiares, antes de iniciarem uma atividade associativa, já exercem um trabalho na condição de *proprietários dos meios de produção*. Eles já possuem a terra e os instrumentos de trabalho. Ou seja, não existe uma separação prévia entre força de trabalho e meios de produção. Os objetos de trabalho (matéria-prima) e os meios de trabalho (ferramentas, equipamentos) pertencem ao agricultor familiar. Nessa situação não se encontram apenas os agricultores familiares, mas também algumas modalidades de produção de artesanato.

Quando os agricultores familiares organizam um empreendimento para a venda coletiva ou para beneficiamento da sua produção, essas novas atividades diferem daquelas que já realizavam com os seus meios de produção individuais. A atividade coletiva é uma via natural para obterem um ganho maior. A venda para um mercado mais amplo (e não para o atravessador), pressupõe a prática associativa como um meio para viabilizar tanto um maior volume como a regularidade do fornecimento. O mesmo ocorre com o beneficiamento da sua produção. Sozinho, o agricultor familiar não teria nem os recursos nem o volume de produção que justificassem esse

investimento. A compra de uma máquina só se viabiliza se for através de uma atividade associativa. E mais: às vezes tanto a venda coletiva como o beneficiamento precisam da participação de outros trabalhadores, mesmo que não sejam associados.

Nessas circunstâncias, o empreendimento associativo é uma possibilidade real de melhoria do nível de renda dos agricultores familiares. Ou seja, eles encontram motivos para a cooperação mesmo quando buscam o auto-interesse¹². Se nada mais funcionar, eles têm a opção de retomarem a forma tradicional em que se inseriam no mercado, nem que seja vendendo para o atravessador local.

Essa situação é bem diferente daquela que caracteriza a organização de empreendimentos associativos nos *espaços urbanos*. Nesse caso, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem mais intensa para os associados, sobretudo quando os mesmos não possuem outra fonte de renda.

Diferentemente dos agricultores familiares, os trabalhadores urbanos quando se propõem a organizar um empreendimento associativo não possuem nenhum meio de produção anterior. Contam apenas com a sua força de trabalho. E, normalmente, a referência de trabalho que possuem não é a de uma atividade associativa, mas a do emprego assalariado ou do trabalho por conta própria.

Em geral, para os empreendimentos associativos de agricultores familiares (e modalidades de artesanato), o aumento do número de sócios é uma condição para a sustentabilidade da atividade. No caso dos empreendimentos urbanos é mais fácil ocorrer o inverso, ou seja, eles tendem a se viabilizar apenas com um número reduzido de sócios.

Vamos considerar, por exemplo, uma cooperativa de produção de

12 Com o risco de reafirmar o óbvio, convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia popular solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, que seriam a motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão desses empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o auto-interesse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens. Além disso, como observam ASSMANN e SUNG (2000, p.158) “Quando se busca a ‘solidariedade perfeita’, ou ‘soluções definitivas’, impõe-se sobre as pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para se carregar”

alimentos, com 20 associados, localizada na cidade. Para cada associado receber R\$ 400,00/mês, a atividade teria que gerar um valor de R\$ 8.000,00/mês, apenas para remunerar os associados. Se produzem salgadinhos vendidos a um R\$ 1,00, e supondo uma margem (otimista) de R\$ 0,50 por unidade vendida, a cooperativa terá que produzir e vender 16.000 salgadinhos/mês apenas para remunerar os 20 associados. Isso, entre outros fatores, explica a razão pela qual muitos empreendimentos urbanos, em seus momentos iniciais, começam um treinamento com um grande número de pessoas e, quando entram em operação, contam, efetivamente, com um reduzido número de participantes.

Desenvolvimento local e economia solidária: problematizando a relação

Aos empreendimentos da economia solidária faltam condições mínimas das quais usufruem as grandes empresas capitalistas: condições apropriadas de financiamento, tecnologia adequada, pesquisa, formação e qualificação dos trabalhadores, infra-estrutura (saneamento, urbanização, segurança, vias de acesso etc). Uma empresa só se instala numa região se existem determinadas condições prévias. É comum a construção de infra-estruturas com o objetivo deliberado de atrair investimentos de grandes empresas.

Como indica Braudel (1996), o entendimento entre capital e Estado atravessa os séculos da modernidade. O capital vive sem constrangimentos da complacência, isenções, auxílios e liberalidades proporcionadas pelo Estado. Para o capital, o Estado é uma fonte ressurgente de recursos da qual nunca se mantém muito longe. Mas, no “andar inferior da economia”, os empreendimentos populares, em sua maior parte, estão reduzidos aos seus próprios recursos, à exceção do apoio pontual e localizado das instituições de assessoria e fomento, com alcance reconhecidamente limitado.

Nesse passo, podemos formular a seguinte questão: como equacionar a relação entre desenvolvimento local e economia solidária? Em geral, esta relação é colocada nos seguintes termos: como os empreendimentos da economia solidária podem promover o desenvolvimento local ?

Os empreendimentos da economia solidária apresentam uma escala de produção reduzida e concentrada em poucas atividades (agropecuária, extrativismo, pesca, alimentos e bebidas e produção de artesanato). As condições de investimento e produção são bastante adversas. Os empreendimentos não dispõem de crédito, os recursos para iniciar a atividade

provêm, sobretudo, dos próprios associados e de doações. Boa parte dos empreendimentos funciona em locais emprestados. São problemas que não se resolvem apenas a partir do desejo dos trabalhadores em produzirem de forma associada. O nível de remuneração é muito baixo e muitos trabalhadores não ingressam no empreendimento por opção, mas constrangidos pelo desemprego. Nessas circunstâncias, quais as condições desses empreendimentos promoverem um processo de desenvolvimento local?

Nas condições atuais, parece que seria mais apropriado inverter os termos da relação entre desenvolvimento local e empreendimentos econômicos solidários, ou seja: os empreendimentos econômicos solidários, por si sós, não dispõem de condições de promoverem o desenvolvimento local; o crescimento dos empreendimentos da economia solidária pressupõe um processo de desenvolvimento, entendido como ampliação das oportunidades¹³ e de remoção das principais fontes de privação que restringem as condições de existência desses empreendimentos. Aliás, nada que se apresente como um privilégio diante das facilidades que ao capital, desde sempre, são concedidas como um pressuposto “natural” ao seu processo de acumulação.

Nesses termos, o crescimento e a sustentabilidade da economia solidária pressupõe uma ambiência que promova esse tipo de economia. Essa ambiência – ou esse espaço socialmente construído – envolve tanto as questões internas como externas aos grupos.

Certamente, nada substitui a necessidade dos trabalhadores associados saberem tocar e gerir os seus empreendimentos. Mas a sustentabilidade dos mesmos, entendida como a capacidade de ampliarem continuamente o alcance de suas práticas¹⁴, depende de condições culturais, econômicas, tecnológicas, sociais etc, impossíveis de serem alcançadas apenas através do empenho dos trabalhadores associados e de suas articulações em redes e fóruns. A emergência dessas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições, a exemplo das organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais etc.

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é uma questão técnica ou estritamente econômica, mas essencialmente política. O que está em jogo não são iniciativas pontu-

13 *Essa formulação inspira-se em Sem (2000).*

14 *Ver, a respeito, a análise de Coraggio (2006) sobre a sustentabilidade dos empreendimentos da economia social e solidária.*

ais, localizadas, compensatórias, dependentes de recursos residuais ou da benevolência empresarial tida como socialmente responsável, mas ações políticas comprometidas com um processo de transformação social.

Referências bibliográficas

ASSMANN, H. e SUNG, J. M. Competência e sensibilidade solidária. Educar para a esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

BRAUDEL, F. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CORAGGIO, J. Sobre la sostenibilidad de los emprendimientos mercantiles de la economía social y solidaria. Disponível no site <<http://www.coraggioeconomia.org>> Acesso em 20/05/2006.

DAGNINO, R. Contribuições ao marco analítico conceitual da Tecnologia Social. In Seminário Tecnologia para a inclusão social e políticas públicas na América Latina. Caderno de textos para discussão. Rio de Janeiro, 2008.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In RAMALHO, J e ARROCHELLAS, M. Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo, Cortez, 2004.

FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2004. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>

KRAYCHETE, G., COSTA, B., LARA, F. (orgs.) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

KRAYCHETE, G., AGUIAR, K. (orgs.) Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos; Rio de Janeiro: Capina, 2007

MTE-SENAES. Sistema nacional de informações em economia solidária. Termo de referência. 2004. Disponível no site <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 20/07/2006.

MTE-SENAES. Sistema nacional de informações em economia solidária. Relatório nacional 2005. Disponível no site <<http://www.mte.gov.br>> .Acesso em 20/07/2006.

SANTOS, M. O Espaço dividido: os dois circuitos da economia ur-

bana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

A tríade: subjetividade, cultura e economia dos setores populares - notas de uma pesquisa

Katia Aguiar¹⁵

Algumas questões iniciais sobre o ato de pesquisar

A iniciativa de realização de uma pesquisa envolve o encontro de diferentes intencionalidades e, entre elas, poderíamos destacar: as intencionalidades do(s) pesquisador(es), das entidades e pessoas abordadas e as intencionalidades daqueles que financiam a pesquisa. A princípio, numa primeira aproximação, poderíamos dizer da convergência dessas intencionalidades, caso contrário o trabalho não se viabilizaria. Na pesquisa que motiva esse texto, a formulação de aportes teórico-metodológicos para a formação/qualificação de assessores, apoiadores e produtores integrantes de empreendimentos populares, numa perspectiva inovadora, pode ser indicada como um forte ponto de convergência entre as partes.

Observamos que no campo das intencionalidades os acordos tendem a nos colocar quase em consenso, já que falamos de nossos lugares e encargos sociais instituídos. Esse certamente é um ponto de partida importante, mas será do exercício de “traição desses encargos” que poderemos extrair a potência dos processos disparados pela pesquisa. Chamamos aqui de traição aos deslocamentos no território de investigação que, como um caleidoscópio, favorecem a composição entre os recursos materiais e imateriais em jogo: pessoas, entidades, dinheiro, conhecimentos e saberes, afetos, leis e normatizações, problemas e questões antes impensadas...

Falamos de intencionalidades (no plural) e, com elas, da existência de outros tantos motivos por parte de cada um dos atores envolvidos, desde as negociações iniciais. Estes motivos escapam dos consensos, expressando diferentes interesses e/ou diferentes significações que podem ser atribuídas, por exemplo, a um mesmo objetivo enunciado no projeto.

¹⁵ *Profª Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Integrante da equipe de formação da CAPINA, como colaboradora.*

Na maior parte das vezes, quando nos deparamos com divergências ou impasses já na realização de atividades planejadas, atribuímos essas situações à falta de compreensão ou de clareza do que foi proposto ou acordado inicialmente.

Na perspectiva da pesquisa-intervenção, numa aposta micropolítica, essas situações em lugar de indicarem falseamentos ou equívocos a serem superados, nos dão pistas de que o território da pesquisa é um campo fértil para a atualização de certas forças em luta. Desse modo, nomeamos essas situações de analisadores que funcionam como catalisadores de sentido, trazendo à cena as instituições que estão em jogo a cada momento, os valores, os desejos, a natureza do instituído e as resistências que com ele se compõem (BAREMBLITT, G. 1992). Esses tensionamentos integram o denominado campo de pesquisa, constituindo também as condições de sua realização.

Assim, encontramos como objetivos de nossa pesquisa: a contribuição para ampliar as chances de sustentabilidade de empreendimentos associativos, a consolidação de conhecimentos, o aprimoramento de metodologias, a construção e adequação de ferramentas, a ampliação do quantitativo de pessoas em contato com a experiência de formação e de gestão proposta, a intensificação da interferência no campo das políticas públicas endereçadas aos setores populares, a proposição de uma inovação no campo das iniciativas de desenvolvimento econômico, dentre outros.

A consideração das condições de operacionalização de cada um desses objetivos e o grau de abertura e atenção ao que surgiu de impedimento e de descoberta no percurso, certamente contribuíram para qualificar de forma mais precisa o encontro dos diferentes atores envolvidos nos processos, como uma parceria. Podemos afirmar que o estabelecimento de uma relação de parceria implica deslocamentos e que esses se fazem pelo reconhecimento das instituições como forças em presença e, também, pela acolhida de outras que vão se criando e (re)criando, num movimento permanente.

A apreensão desse movimento que para nós é a própria trajetória da pesquisa, denominamos de cartografia:

A habitação do território investigado é condição para detectar as forças moventes que acionam este movimento, pedindo passagem e expansão. Cabe ao cartógrafo cultivar uma atenção fina, em sintonia com o coletivo de forças. De tal ex-

periência, o cartógrafo não sai imune. Faz parte da pesquisa a transposição de limites das formas objetivas e também das subjetivas, inclusive a do próprio pesquisador. Subjetividades coletivas e campos problemáticos são constantemente re-desenhados à luz de novos desafios e exigências encarnadas nos dispositivos de pesquisa. (KAS-TRUP, V., 2008, pp487-488)

Desse modo, reafirmamos que na perspectiva da pesquisa-intervenção pesquisar é um ato político, já que investe no enfrentamento da cultura hegemônica vigente cuja insígnia é fazer valer apenas uma política de existência. Nunca é demais lembrar que qualquer método escolhido estará inscrito nessa contenda cultural seja favorecendo as tradições, seja criando condições para o exercício do pensamento – o que vai muito além de oferecer acesso a dados e informações.

Sobre a pesquisa que aqui nos ocupamos, referimos como problema central a adequação das concepções de gestão e de formação, presentes nas propostas de qualificação dos agentes da economia solidária, às suas aspirações de transformação das relações e dos processos de trabalho em empreendimentos associativos populares. Na consideração das condições de emergência do problema destacamos experiências anteriores realizadas entre nós e as de outros profissionais e pesquisadores sobre o que denominamos práticas de formação. Delas extraímos pistas, questões e impasses que pela pregnância apresentada em relatórios, artigos e teses, ganharam importância no desenho de um campo problemático.

Importa ainda uma última observação sobre a hipótese de trabalho que norteou nosso percurso até aqui. Assim a definimos: os aportes teórico-metodológicos nos quais se apóiam as referidas propostas, em lugar de fortalecerem estratégias de mudança do conjunto de referências hegemônicas que norteiam as relações e os valores no mundo do trabalho e, de modo mais abrangente, nas práticas sociais, vêm reforçando as tecnologias de controle marcadas pela hierarquização dos saberes e pela individualização do poder.

Ela se constitui para nós como uma hipótese forte frente ao campo problemático desenhado nas trajetórias acima mencionadas. Encontramos outras as quais qualificamos de fracas e que, podemos dizer, sugeriram uma mesma referência paradigmática: ambas indicam, a priori, uma proposta teórico-metodológica como caminho ou meio para alcançar um fim. Esse

pode aparecer como a viabilidade econômica (abordagem economicista da sustentabilidade), ou como a viabilidade social (abordagem ideológica da sustentabilidade). Além de dissociar os aspectos políticos e econômicos - o que por si já enfraquece o enfrentamento da cultura hegemônica que se quer derrocar, tais hipóteses se apóiam numa lógica prescritiva, judicativa e, portanto, moral na pesquisa e na intervenção.

Afirmamos com a hipótese de trabalho que construímos e exploramos, a indissociabilidade entre competência metodológica e ética, e que não deixa de colocar em análise nossos próprios fazeres, os lugares que ocupamos nos jogos de verdade. Nesse sentido, esteve e está em questão todo o tempo uma necessária e urgente (re) conceituação do que entendemos por práticas de transformação e suas históricas amarras às concepções de poder e de liberdade (PASSETTI, E. 2003, p. 31).

Procedimentos: os dispositivos da pesquisa e a análise do material disponibilizado

Considerando o campo problemático no qual o projeto se inscreve e nos movendo com a questão: Como, no âmbito de políticas públicas, interferir nos referenciais metodológicos de formação e qualificação dos assessores educadores e dos agentes de desenvolvimento da economia dos setores populares?, adotamos como referência a pesquisa-intervenção. Sendo as práticas de formação objeto dessa pesquisa, importa ressaltar que estivemos desafiados a colocar em análise permanente nossa perspectiva teórico-metodológica. Com essa escolha, à indissociabilidade entre a investigação conceitual e a construção de ferramentas de pesquisa queremos afirmar uma perspectiva construtivista, sendo o sujeito e o objeto da pesquisa construídos no processo de elaboração do trabalho.

Tal desafio, desnaturalizador da verdade como guia, foi enfrentado com a construção de dispositivos que pudessem favorecer a criação de um campo de experimentação constituindo uma comunidade ampliada de pesquisa – pesquisadores/proponentes, técnicos assessores e trabalhadores de empreendimentos populares. Em atenção ao rigor incitado pelo campo de intervenção, recorremos a entrevistas e oficinas como ferramentas referenciadas na circulação de sentidos, no tempo (ROCHA, D., 2006). Nessa perspectiva, procedemos à análise qualitativa do material levantado nos diferentes processos experienciados.

O campo de intervenção da pesquisa foi vinculado à continuidade da interlocução com os agentes da economia solidária – assessores, apoiadores, produtores, entidades de fomento, a partir de quatro dispositivos: revisão das propostas de qualificação de assessores e agentes de empreendimentos populares solidários; entrevistas semi-estruturadas com ex-participantes dos cursos de extensão e técnicos das entidades acima relacionadas; oficinas com grupos de produção /empreendimentos populares; realização de um curso de experimentação e validação (Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos).

O material considerado foi de duas ordens: discursivo (verbal) e não-discursivo (não-verbal), sabendo-se que a fronteira entre os dois não é rígida, se considerarmos que o verbal regularmente se faz acompanhar do gestual, de entonações, dos elementos de expressão em situações determinadas (ROCHA, D. , 2006). A partir do material registrado, a perspectiva foi a de identificar e problematizar as categorias em análise (gestão e formação) e apreender o sentido do movimento que assessores e integrantes dos empreendimentos imprimem nas práticas de qualificação, produzindo um modo de pensar/fazer formação e gestão.

Assim, o corpus se constitui de todo o material obtido a partir das análises dos documentos e propostas de formação/qualificação, registros dos cursos de extensão, das entrevistas e das oficinas realizadas com os grupos de produção que foram redigidos e debatidos pela equipe da pesquisa, com a perspectiva de delinear indicadores de problematização – falas, situações, acontecimentos que são analisadores dos processos organizativos.

Os indicadores de problematização constituem campos de convergência de polêmicas que podem produzir movimento na rotina, desnaturalização das tradições e hábitos. Se a pesquisa é intervenção, ela deve desembocar não sobre respostas que permitam fechar os problemas, mas sobre uma discussão que permita deslocá-los e repensá-los, instaurando processos de exploração por meio da análise, inventando sempre novas questões para as práticas dos agentes. (ROCHA, M. L., 2007, p.25)

As linhagens abrigam tendências nas políticas de formação e gestão

Nas análises do material mobilizado a partir dos diferentes processos postos em marcha pela pesquisa, discriminamos três grupamentos de práticas (concepções e fazeres). Embora esses grupamentos tenham aparecido bem intensificados, preferimos aqui abordá-los como linhagens: linhas de constituição das práticas que podem desenhar diversas composições. Com essa escolha, queremos nos afastar dos procedimentos de classificação que não favorecem a visibilidade de forças de inovação nas práticas que se apresentam mais adequadas às tradições; ou a permanência de forças de reprodução nas práticas que se nomeiam como de resistência.

Trazemos aqui uma síntese das linhagens ressaltando que essa apresentação não esgota a riqueza dos achados da pesquisa, assumindo um caráter de introdução aos debates mobilizados e ainda em processo de exploração e sistematização. Destacamos ainda, que as linhagens se apresentam como tendências nas forças que envolvem as práticas de formação e de gestão. A depender da composição dessas linhas, podem afirmar formas mais endurecidas, voltadas à reprodução de modelos, até processos que de tão fluidos não chegam a ganhar forma e perdem na interferência a favor de mudanças efetivas nas práticas sociais.

A linhagem tecnocrático-cientificista:

Nessa linhagem as referências ao paradigma hegemônico aparecem em formas bem intensificadas. Assim, podemos dizer de sua ancoragem nos universais (natureza), no determinismo (ordem prévia) e na priorização das regularidades (modelos). O conhecimento se apresenta como objetivo, neutro e se efetiva na compreensão do homem e da realidade em suas regularidades, quantificações, através da operacionalização e produção de leis de funcionamento. Encontra-se em relação de identidade e semelhança às verdades de um mundo de essências imutáveis. Nesse enredamento, podemos dizer que transformar equivale a evoluir na ordem, no progresso.

A atividade cognitiva se pauta no pensamento representativo, sendo sujeito e mundo duas unidades distintas e naturais. O ato de conhecer se dá sob o prisma da extração e quantificação dos princípios capazes de

caracterizar a verdade do objeto. A operacionalização do conhecimento sistematizado (metodologia) corresponde a aplicabilidade de técnicas que garantem e confirmam sua efetividade. Qualquer um, qualquer grupo, em qualquer lugar, é capaz de aplicar o conhecimento e obter os resultados previstos, contanto que sejam respeitados os devidos procedimentos.

Quanto aos efeitos apreendidos nos sentidos atribuídos à gestão, destacamos a manutenção do processo acumulativo e hierarquizado, pautado na transmissão de informações e, portanto, visando a adequação às prescrições. O acesso ao conhecimento se vincula à expectativa de superação de problemas objetivos observados na vida dos grupos, sendo sua solução a eliminação de impedimentos ao sucesso do empreendimento. Como exemplo, poderíamos citar a “obtenção de renda” que seria garantida pela aplicação de determinados procedimentos técnicos, de um passo-a-passo, constringendo a formação e a gestão ao mero alcance de resultados e metas na produção.

A linhagem sócio-crítica:

Encontramos, nessa perspectiva, que a concepção de neutralidade do conhecimento, suprimindo o caráter sócio-histórico de sua construção e utilização, serve à manutenção da realidade de opressão e sustenta a lógica (capitalista) de lucratividade como finalidade última dos processos de trabalho. A sócio-crítica entende que essa forma de conhecer-objetivar o mundo é, em um importante sentido, falsa ou deficiente, e exatamente por esse motivo serve à ideologia de opressão. A superação de tal ideologia deve ser efetivada através da demonstração dos princípios que sustentam tal concepção, apostando assim na produção de um sujeito consciente de sua condição sujeitada, podendo então lutar pela inversão dessa realidade.

Dessa forma, a emancipação proveniente do conhecimento reside no descobrimento de fatores pré-determinados, sendo o encargo social dos intelectuais, possibilitar através de métodos e técnicas adequadas, o des-cortinamento da realidade objetiva, o acesso à verdade. Tal como na perspectiva tecnocrática, o sujeito e o mundo emergem como duas unidades distintas e possuidoras de uma essência. Os objetos conservam leis de funcionamento a serem conhecidas pelo sujeito e a partir desta qualificação-quantificação o conhecimento pode ser sistematizado. Entretanto, nesse pressuposto estão inseridas as questões sociais. A partir das experiências

vividas do percurso histórico das práticas se torna possível idealizar um momento futuro no qual, através de determinados programas de ação e da tomada de consciência da realidade de opressão vigente, a autonomia será alcançada.

Em contraponto à linhagem anterior, o fator econômico não é o ponto fundamental de intervenção a ser tomado como questão no tocante à formação e à gestão nos grupos de produção. O que se afirma como central é a análise das dificuldades encontradas na vida dos grupos, sugerindo uma metodologia de investigação coletiva. Mas encontramos fortes referências à díade problema-solução, inscrita no paradigma hegemônico, o que favorece uma entrada técnica nas práticas: recolocando as hierarquias de saberes.

A experiência assume aqui o caráter de experiência do coletivo marcado por sua identidade. A luta de classes está fortemente presente nessa concepção, uma vez que a experiência significa o encontro dos grupos sujeitos com o saber que aposta em sua emancipação. Ou seja, o que se trata é da experiência no que concerne ao encontro de uma determinada qualidade de grupo (grupos sujeitos, minorias, oprimidos), organizada coletivamente, com um saber que diz de uma realidade a ser superada, possibilitando assim a transformação do cenário social – uma transformação pretensamente previsível no percurso já estruturado, como condição, a priori.

A gestão aparece fortemente identificada como o principal entrave presente nos grupos, o que impede a correta realização da atividade e a promoção da autonomia. As críticas às condições de trabalho aparecem descoladas do campo imediato da experiência dos trabalhadores (produtores e assessores), sendo atribuídas ao desempenho das lideranças, dos técnicos, das entidades ou reduzidas à ausência de políticas adequadas.

Os grupos são apreendidos como totalidades, nas invariâncias que descrevem suas leis de funcionamento, coladas à situação de luta de classes na dicotomia entre opressores/oprimidos, dominadores/sujeitados. Mas, ao mesmo tempo, encontramos problematizações sobre os efeitos dessa abordagem apontando para a destituição de potência dos enfrentamentos que se dão no plano micropolítico.

A linhagem ético-estética:

Nessa linhagem o conhecimento não se encontra em relação de identificação e explicitação das verdades contidas no mundo. Ele se estabelece como uma sistematização enunciativa em consonância com as composições sócio-históricas que se atualizam, ou seja, ele é constituinte e constituído na história das práticas. Tal perspectiva favorece pensar a produção de conhecimento como produção de modos de vida e criação de possíveis instituindo maneiras de ser e estar no mundo.

Essa perspectiva pretende romper a dicotomia entre sujeito e objeto, e a concepção que aborda ambos como pólos estáveis de uma relação. Importa aqui, o que se passa entre os pólos e que provoca desestabilizações, deslocamentos, evocando mudanças.

Não é possível se pensar em uma relação de neutralidade na produção de conhecimento, visto que tanto a forma de conhecer vigente, quanto os arranjos que caracterizam uma certa representação da realidade, são frutos de permanentes processos de institucionalização. Tais processos, embora atualizem um modo possível de conhecer, de ser sujeito, de produzir conhecimento, não se encontram em relação de identidade e semelhança com uma verdade prévia, a ser objetivada ou extraída da realidade do mundo.

À produção do conhecimento interessam os processos vividos, como forma de potencializar novos modos de saber-fazer que emergem da prática dos grupos, de suas relações com o trabalho, e dos encontros nos processos de formação. O que se quer favorecer é o exercício de aliança entre saberes, que interfira a favor da potência da vida dos grupos e não do poder sobre os grupos. Nessa visão, a intensificação das forças de deriva e de criação é uma aposta de escape aos modelos instituídos.

A experiência assume um caráter potencializador dos encontros, da produção de saberes singulares que se efetivam através da problematização do cotidiano dos grupos: a atenção às suas reais necessidades, a escuta de suas aspirações, os acordos que se estabelecem na organização da atividade, os sentidos atribuídos ao trabalho. Dessa forma, a noção de experiência se intensifica nas peculiaridades, nos detalhes, num constante repensar das táticas e das estratégias, em favor da sustentação de um campo de indagação permanente.

A concepção de gestão – modo pelo qual os trabalhadores se relacionam com a atividade, incluindo os acordos, as relações de poder, a circulação de saberes entre os trabalhadores, os pactos nos processos de trabalho, etc. – está intrinsecamente ligada ao processo de produção de estratégias

de formação. A criação de condições diferenciadas de trabalho exige que cada um se (re)coloque entre os outros integrantes do grupo, favorecendo a emergência de um saber estratégico no que tange ao funcionamento do coletivo. Assim, é a imersão nessas condições que abrirá acessos às necessidades de formação, a ser pensada sempre numa configuração peculiar.

Lições da experiência

Podemos dizer que encontramos com alta frequência nas análises, práticas que misturam as diferentes linhas de experimentação. Linhas duras derivadas da linhagem tecnocrática, bem coladas ao paradigma hegemônico, aparecem compondo com outras mais flexíveis que migram da linhagem sócio-histórica. Menos frequentes, as linhas criacionistas (linhagem ético-estética) podem aparecer perdendo sua força nas práticas que ora as desqualificam como menores, ora as incluem como exotismo ou curiosidade, confinando-as em identidades.

Não será surpresa se encontrarmos traços (linhas) de composição de nossas práticas em cada uma das três linhagens abordadas.

No campo que nos movemos – o das práticas de formação de empreendimentos dos setores populares – temos uma forte presença de hibridações, que equivocam as classificações que visam operar a separação simplicadora entre propostas consideradas emancipadoras e propostas conservadoras. Poderíamos perguntar a serviço de que essa classificação binária se faz? Não estaríamos ratificando a lógica dos modelos, a partir da qual só é possível conceber uma racionalidade na variabilidade das políticas de existência?

A aproximação das experimentações em curso sugere que é nesse hibridismo que reside a potência das práticas no campo da economia dos setores populares. Ele faz falar as capturas e as resistências e convida à construção de ferramentas que favoreçam os agenciamentos de linhas criacionistas nas práticas onde formação (saberes) e gestão (poderes) se engendram mutuamente.

Inscrevemos nossa pesquisa-intervenção no conjunto de problemas colocados pelo neocapitalismo: ligações das novas formas de regulação social com o avanço do projeto neoliberal. Consideramos que a transversalização que foi operada pelo sistema capitalista, especialmente pela desterritorialização e o fortalecimento do capital financeiro, trouxe uma outra configuração, um outro modo de funcionamento, com desdobramentos no

cotidiano da população (vínculos precários, mudanças nas relações de trabalho, sucateamento dos equipamentos públicos, etc.). Tais mudanças não cabem nas análises acerca da exclusão social que são comumente usadas pelos trabalhadores sociais e pelos integrantes dos movimentos populares e a lógica hegemônica parece não apresentar sinais de desestabilização frente às estratégias de luta pela autonomia.

Sawaia (1999) recorre à expressão dialética exclusão/inclusão, marcando que:

Ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariáveis, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. A dinâmica entre elas demonstra a capacidade de uma sociedade existir como um sistema. Essa linha de raciocínio permite concluir, parafraseando Castel (1998) que a dialética exclusão/inclusão é aporia fundamental sobre a qual nossa sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura. (SAWAIA, B.B. 1999: p. 108).

Essas observações nos levam a considerar a exploração no capitalismo contemporâneo, sugerindo que é a partir das novidades de uma nova ordem que precisamos abordar as relações entre a macro e a micropolítica, interrogando nossas estratégias de transformação e as modalidades de resistência. Alguns movimentos sociais vêm evidenciando que a crítica operada nos termos da ideologia e da representação não dá conta do entendimento do controle, das dominações e das resistências, em nosso presente. Colocando em cena a complexidade / multiplicidade, nos oferecem indicativos da existência de planos de luta diferenciados e simultâneos. (AGUIAR, K. 2003)

Quando nos referimos aos processos de formação como oportunidades de criação de um campo de experimentação, sugerimos a idéia de instalação como um recurso de abordagem. Para nós pensar as práticas de formação como instalação não é mera retórica; a intenção é que a palavra possa ensejar outros sentidos em nossas práticas ou, como ela mesma sugere, compor uma determinada utilidade, “dispor para fazer funcionar”.

Numa instalação trabalhamos com variados aparelhos, peças, materiais; como nas instalações elétricas ou hidráulicas, usamos peças para fazer passar fluxos – materiais e imateriais –, para criar obstáculos ou desvios a essa passagem. Assim, nos referimos às instalações neoliberais e, também, nessa perspectiva, temos montado nossos trabalhos de intervenção e de pesquisa.

Tal proposta arrisca a composição de peças, materiais, músicas, cheiros e texturas e, qual uma instalação artística, convoca uma co-ação dos participantes, daqueles que habitualmente se fazem platéia e, algumas vezes, de outros ‘personagens’ (ROLNIK, 2002). Permitimo-nos ainda, agregar às idéias anteriormente utilizadas de funcionamento e de composição, a dimensão da criação. Aproximamo-nos das instalações, tal como vêm sendo usadas no campo das artes:

O presente está cessando de existir, devorado pela voracidade do futuro (...) A arte parece se fazer na contramão dos projetos utópicos, voltados para um futuro a ser construído. Desmentem a memória e se afastam do interesse pela longa duração. (...) Em artes plásticas, podemos identificar na criação de instalações uma vontade de expressar-se pelo imediato, pelo presente, pelo efêmero. Nas cênicas, experiência semelhante se dá com a importância das performances. Na literatura, (...) aparece na importância que tem tomado o conto breve. (RESENDE, 2003).

As instalações favorecem o exercício de pensar o presente, (re)visitando os termos a partir dos quais nos acostumamos a definir nossas utopias. Elas exigem, como nos afirma Paulo Vaz (1997), que coloquemos em análise a relação que estabelecemos com o tempo ou o modo como habitamos o tempo, oportunizando a construção de uma ética da diferença.

Referências bibliográficas

AGUIAR, K. Ligações perigosas e alianças insurgentes. Subjetividades e movimentos urbanos. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, (2003).

_____. Formação sócio-política e pesquisa-intervenção. In SOARES, S.E. et al (orgs.) Economia dos setores populares: pensamentos, ferramentas e questões. Porto Alegre: Catarse, 2009, pp.17-22.

BAREMBLITT, G. Compêndio de análise institucional e outras correntes – teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

KASTRUP, V., O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In Pesquisa-Intervenção na infância e juventude, NAU Editora: Rio de Janeiro, 2008, pp. 465-489.

PASSETTI, E. Anarquismos e sociedade de controle. São Paulo: Cortez, 2003.

RESENDE, B. Jornal O Globo. Caderno Prosa e Verso. Fevereiro de 2003.

ROCHA, D. O que queremos dizer quando sustentamos a circulação dos sentidos? In: Cadernos de Estudos Lingüísticos (UNICAMP), 2006, v. 48-2, p. 195-210.

ROCHA, M. L. Cartografias da subjetividade, pesquisa e saúde nas instituições de formação. Rio de Janeiro: UERJ, 2007, mimeo.

ROLNIK, S. Despachos no Museu – sabe-se lá o que vai acontecer... In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A (orgs.). Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In SAWAIA, B.B. (org.) As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª edição. Petrópolis/ RJ: Editora Vozes, 2001, pp.97-118.

VAZ, P. Globalização e Experiência do Tempo. In: MENEZES, Ph. (org.). Signos Plurais. São Paulo: Experimento, 1997, pp. 99-115.

Entre mundos

Aída Bezerra

1. Um intervalo

Esta é uma conversa inspirada na aventura que constitui a dinamização de processos educativos que se propõem a fortalecer as iniciativas econômicas populares. Está, portanto, muito vinculada às preocupações que povoam esse campo específico de atuação. As reflexões que aqui afloram foram provocadas pela experiência acumulada, por muitos de nós, e não têm a pretensão de ser generalizáveis ou de se impor como incontesteis.

Estamos por esses caminhos, juntos, à procura dos sentidos que possam dar peso e consequência às nossas ações. Como diz Larrosa, precisamos de intervalos para pensar, fazer conexões entre os saberes que nos habitam e os passos que marcam a nossa presença política. Abrir espaço/tempo para indagar, ver mais claro o hoje com um olhar sobre o ontem e o amanhã. Mas é hoje que conta. E esse é um momento em que paramos um pouco para atualizar os nossos desafios e esperanças.

2. Passeando pelo cenário das práticas

A indagação sobre o que constituiria a nossa aposta educativa parece não ter respostas claras. A questão requer um leque de explicações, uma busca de fundamentos que nunca terminam de ser postos à prova, problematizados, e isso é complexo. Do fundo do coração, gostaríamos de contar com uma só explicação, uma que mereça a nossa confiança: bem definida, sem muitos vãos, de preferência escorada num manual que oriente a prática e empreste segurança. Enfim, um modelo bem amarrado que dispense o esforço de pensar.

Energia para mobilizar, convocar, argumentar e persuadir nosso público para finalmente alinhá-lo no caminho do bem, não falta em nós, educadores empedernidos; nisso somos fortes. Mas não estamos felizes. Alguma coisa não encaixa nesse nosso modo de funcionamento, tão bem estruturado, quando nos defrontamos com os desafios que brotam das

nossas atividades. Infelizmente, temos que reconhecer que fomos forjados para cumprir um papel de seguidores. A responsabilidade de pensar sempre esteve na esfera de outros, uns entes superiores que produzem as doutrinas e filosofias que continuam sendo necessárias para que consigamos reproduzir a mesma matriz: mobilizar outros seguidores que também não precisam pensar, só confiar. Mas há, em nós, uma resistência incômoda, que nos morde como uma formiga e nos inquieta. E esse é o sinal que nos adverte que ainda estamos vivos, sensíveis à insurgência. Aí mora a aposta.

Enquanto a educação pública foi considerada uma tarefa principalmente da atribuição do Estado, padronizada, institucionalizada, formal, essa não era uma preocupação que tocava ao comum dos mortais cidadãos. O lugar do pai é dificilmente contestado: protetor, provedor, cuidadoso. Mas a sociedade se move. Sendo parte dela, o Estado também se move. E, na nossa atualidade, precisamos estar atentos a esses deslocamentos, tanto estruturais como conjunturais, que têm rebatimentos em nossas áreas de trabalho. Porque, queiramos ou não, estamos tentando responder a uma demanda pública de educação, ainda que específica porque se situa no campo da economia popular.

Percebemos que há intensos processos educativos sendo gerados, ao mesmo tempo, por diversos canais e com diferentes características e intencionalidades, além daqueles implementados pelos sistemas públicos e por suas intervenções prioritárias. Onde, reconhecemos uma hegemonia, mas não uma qualidade única de educação à qual toda sociedade é submetida e se orienta por seus parâmetros. Nem a força da imposição do pensamento único imobiliza a sociedade. E aí, onde estamos nós nesse circo que funciona em várias arenas, e qual é o nosso lugar?

Cada vez que alguém afirma que é educador, logo é crivado de perguntas para que o interlocutor consiga situá-lo. Educador, onde? Trabalha com quem? Com que métodos? Não é como na medicina que você pode dizer que é clínico geral. No mais das vezes não ousamos perguntar, mas gostaríamos: Se o educador trabalha com os seres humanos e suas relações, com que concepção de homem trabalha?

Esse é um bom ponto de partida para começarmos a viajar com as nossas inquietudes. Isso é importante porque o educador transfere, normalmente, para as suas práticas, a mesma concepção com que se lê e se entende. Se me entendo como uma criatura prevista nas minhas possibilidades, importa decodificar essas possibilidades e ativá-las. Assim como num programa pré-escrito, a seqüência é desenvolver suas marcações. Nesse caso, precisamos de métodos, modelos e técnicas que sirvam a essas

prescrições. Mas se lidamos com a idéia do inacabado, imponderável, do que se desfaz e se refaz, se move em busca de completudes que estão no outro e que, ao mesmo tempo, são a reserva de condições para a expressão das singularidades, a riqueza está no processo e não no ponto de chegada. Trabalhar com as noções de incompletude e singularidade nos distancia dos riscos da competitividade porque o outro lhe é necessário não para dominar/vencer, mas para que você se descubra mais. Sua singularidade está presente, mas não se antecipa nem se sobrepõe, sempre movente, em estado de expansão. Daí, o que se passa no espaço das práticas educativas, nesse caso, tem muito a ver com a qualidade do tecido das relações entre essas diferentes singularidades que se impulsionam para trabalhar os seus interesses comuns. Vale dizer que a educação trata fundamentalmente dessas questões de socialização: socialização de saberes, de poderes, de enfrentamentos, de riquezas, de afeições e sonhos. Para por em andamento essas possibilidades precisamos de um coletivo; porque, isolados somos quase uma abstração, e a inércia nos invade.

Um coletivo não nasce pronto. Instala-se em função de uma determinada demanda ou desejo e vai se construindo, se dando contornos, costurando uma identidade, tecendo sua proposta. Com exceção da família - que é esse coletivo afetivo - a nossa experiência educativa foi pensada e administrada, em grande dose, na perspectiva do desenvolvimento de indivíduos inteligentes e obedientes. Então, temos poucas referências da potencialidade formadora de um coletivo. Numa primeira imagem grosseira, um coletivo nos aparece como um conjunto de pessoas similares e, para o educador que em relação ao mesmo se mantém, em média, numa posição de frágil pertencimento, a sua contribuição é sobre um todo. Mas, é importante lembrar que cada um dos que compõe esse todo, dadas as singularidades, vai apreender de modo diferente a contribuição do educador. Considerando à parte aqueles que têm vínculos fortes com o grupo, raízes mais estendidas, por relações de trabalho, por proximidades culturais ou de parentesco, no mais das vezes o educador/assessor acompanha, apóia, a dinâmica do coletivo sem estar diretamente engajado na atividade do mesmo.

Esse lugar não é fácil de perceber porque ao mesmo tempo em que não temos, na maior parte das vezes, uma vinculação direta com a atividade econômica do coletivo, temos a ver com as suas escolhas, os seus desafios, os seus caminhos e a sua potencialidade. Estamos ali para traduzir a competência própria do educador em condições que facilitem a expressão do que aquele grupo já detém enquanto experiência e explicação sobre o que faz e o que quer. E é a partir dessa carga positiva (e não da carência)

que o educador provoca a disposição do grupo para arquitetar um modo de funcionamento mais adequado às suas escolhas. Lançar mão de dispositivos que ajudem à explicitação dessas conexões é ativar a potência de ação/reflexão que reside naquele grupo. Talvez seja esse o núcleo mais importante da atuação do educador.

Sempre se deu primazia ao saber do educador, como se essa fosse a matéria prima da intervenção educativa, e se entregou à sua responsabilidade a qualidade do resultado do processo. Sem dúvida, o educador, nessa atividade específica, tem que se preparar para ocupar o seu lugar, mas o seu saber é complementar, não se antecipa, é autorizado pelo contexto, pelo ritmo do processo. Não temos que responder ao que não foi indagado e não sabemos tudo.

A idéia, sempre presente, de que a insuficiência de escolaridade torna os setores populares carentes e frágeis nas suas iniciativas, esconde a afirmação da superioridade do conhecimento das elites como condição de seu sucesso político, social e econômico. Se preenchêssemos essas lacunas dos trabalhadores, quem sabe, uma parte pequena dos obstáculos à consolidação dos empreendimentos populares estaria encaminhada. Mas sabemos que a questão é mais ampla e que estamos nos defrontando com distorções e seqüelas históricas que não se resolvem com a reposição escolar. São outras as estratégias e nisso, nós educadores estamos envolvidos e nos sentimos convocados.

Herdeiros de um mesmo sistema, marcados pelos racionalismos que deram sustentação à economia capitalista, nos encontramos, nós e os trabalhadores, instigados a mudar o percurso da mesmice. Esse é o teor da insurgência. Não nos agrada esse lugar que nos tolhe a capacidade de pensar, inventar e ser mais felizes. Ajudar os trabalhadores a se acreditarem é também nos dar crédito, apostar em nossa própria capacidade de deslocamento na medida em que nos deixamos invadir pela novidade da experiência.

Isso quer dizer que se uma parte da nossa formação guarda uma herança de nosso percurso histórico, a outra está vinculada às práticas, desde que nos habituemos a analisar os acontecimentos cotidianos como fontes de aprendizagem. No confronto, porque somos diferentes, entre a nossa sensibilidade e a sensibilidade do coletivo, das pessoas que o constitui, entre os nossos saberes e os saberes que habitam essas existências, há muito que desvelar. O nosso lugar é entre realidades que se insinuam para serem refeitas. Por isso nos sentimos entre mundos e tempos.

3. Tentando entender as demandas prioritárias

No mesmo momento em que nos damos conta de que, nos espaços das práticas educativas, o saber do educador/assessor não é a matéria prima dos processos de fortalecimento das iniciativas econômicas populares, também nos rendemos à evidência de que somos responsáveis por mobilizar as teorias e as explicações que nos ajudem a entender o cenário em que nos movemos. Não por diletantismos, mas por responsabilidade ética. Daí, tudo indica que a prioridade um é a própria formação do educador. Não uma formação descolada da tarefa concreta, mas capaz de nos dar referências para delinear e discernir os eixos temáticos da intervenção. Por exemplo, se trabalhamos no campo da economia, temos, por decorrência de nossa inserção, que ser capazes de lidar com os conceitos que situem essa economia na direção de suas possibilidades de mudança em favor dos trabalhadores e também em nosso favor.

Ora, se a nossa formação anterior nunca se inquietou com essa questão, temos que, primeiramente, perguntar à nossa memória, como foi o percurso de nossa formação para que não sejamos traídos pelas nossas próprias heranças. Às vezes, fazemos uma escolha militante, mas carregamos conosco alguns vícios de nossa formação anterior que em nada ajudam no caminho da autonomia ou ativam a potência de ação dos produtores associados. Isso porque não estamos convencidos de que o processo de mudança também é nosso, por estarmos imbricados na mesma história e na atualidade dos acontecimentos. O sistema capitalístico vigente, também nos incomoda e nos atinge nas nossas possibilidades de expansão de ser e viver. Se se trata de uma questão que se resume aos pobres, desprotegidos e inseguros, a minha atitude vai estar minada pelo velho filantropismo e me dou ao luxo de me classificar entre as pessoas bondosas.

É possível dizer com tranqüilidade que os produtores populares estão se fortalecendo com o apoio do assessor, mas ele, o assessor, também se refaz nessa convivência, não somente na sua bondade (não temos nada contra a bondade), mas na sua escolha política, em decorrência de sua própria inserção no campo de forças da mudança social. Isso significa que os avanços dos empreendimentos populares não estão desligados do avanço dos educadores no seu percurso, digamos, de insurgência.

O dado da insurgência como um elemento fundamental na construção de outra perspectiva da educação tem a ver com a leitura que fazemos do que está posto pelo sistema como engrenagem de funcionamento da

sociedade. A ordem, a disciplina, o edifício de autoridades se apoiam em dispositivos de controle que produzem a submissão, a repressão, a homogeneização para garantir as condições de desempenho dos grandes interesses. A nossa inconformidade não se põe em relação à ordem ou à disciplina como tais, mas ao modo como elas são associadas e articuladas como ferramentas de um poder centralizador que cerceia e manipula as nossas liberdades.

Então, se estamos dispostos a mudar essa qualidade predominante de relações que nos comprime ao invés de expandir, trabalhar a questão do poder nos espaços educativos aparece como prioritária. O poder é um exercício que se impõe como mediação em todas as relações. Despojar o nosso imaginário da carga que a noção de poder, historicamente construída, nos foi transmitida, é um dos movimentos necessários para dar lugar à sua positividade. A ideia de que o poder está em cima, de que ele é sempre uma ameaça, de que nós não queremos ter poder e de que, nas suas cercanias, moram o pecado e a maldade, nos mantém numa postura de defesa. A questão está no uso que se faz, nos diferentes contextos de nossa existência, desse depósito de energia de que dispomos.

Na atuação educativa, costumamos normalmente anunciar o discurso imperativo das relações democráticas. Essa é uma das exigências dos nossos mandamentos militantes. Mas não basta. Será que o espírito de pesquisa, inerente ao educador, não nos levaria, primeiramente, à curiosidade de saber o que, na situação daquele grupo, caracteriza as relações de poder instaladas? O que há de cultural nessas expressões, o que reflete as distorções induzidas pelo próprio sistema, o que faz parte de um pacto invisível, quais são as peças que se articulam nessa estrutura, etc. Só a partir daí podemos propor exercícios que façam sentido em termos de experimentações capazes de trazer à tona outras ou novas dimensões da convivência.

Nesse campo, um dos aspectos mais difíceis de trabalhar ou de reinterpretar é o da liderança. Essa estratégia de buscar apoio nas lideranças locais e, às vezes, buscar formas de instituí-las é muito recorrente nos trabalhos educativos junto aos setores populares. É inquietante essa prática porque, queiramos ou não, estamos operando com algumas heranças políticas que gostaríamos de nos ver deserdados. Atuar via lideranças traz implícito o reconhecimento da necessidade de um poder centralizador, multiplicador de conteúdos gerados, quase sempre, fora da esfera local, afeito à macro-convocação. Corre-se, portanto o risco da manipulação. Os partidos políticos, e outras organizações, freqüentemente lançam mão dessas estratégias nucleares. Digamos que isso faça parte dos seus cenários de

embates pelos espaços de afirmação de seus programas. É possível que nós não sejamos obrigados a operar com essa mesma lógica.

Quando uma liderança local falha ou desiste, o primeiro movimento é pensar sua substituição. Se mantivermos essa lógica de atuação, o líder é um personagem indispensável na cadeia de transmissão. Mas será que o peso do nosso trabalho está nos conteúdos a transmitir ou/e na agilização da convocação? Soa estranho quando um educador se expressa dizendo que está formando multiplicadores. Emenda com a mesma prática da formação de líderes ativada pela velha extensão rural de bases funcionalistas (a necessidade do líder nas estratégias econômicas).

A escolha não está num posicionamento anti-líder, mas na resistência à institucionalização de “condutores”. Aceitar essa premissa seria aceitar que uns conduzem e outros são os conduzidos. Uma coisa é reconhecer que existem pessoas dotadas de maior comunicabilidade; e outras que, por sua postura, seja nas demonstrações de coragem, ou maior lucidez, ou lealdade, são alvo da confiança e da cumplicidade do grupo, como se ela refletisse o pensamento da maioria e/ou representasse o projeto coletivo. Há culturas em que uma liderança institucional faz parte da estrutura de poder, mas não é um dado isolado. Na África isso é muito comum, mas o chefe da aldeia não governa sozinho. Há outros componentes nessa governabilidade.

Com a cultura de submissão, acalentada pelo sistema, o risco de acomodação sob a “liderança” de um poder mais centralizado pode se traduzir na reprodução da mesma inércia política. A preocupação, nesse caso, é com a experimentação ou a criação de dispositivos que esvaziem essa centralidade, que façam desse lugar um espaço de exercício de partilha. A existência de mecanismos de controle da governança faz parte da saúde política do coletivo e de sua responsabilização pelos acontecimentos. Nessa direção, temos muito a inventar no terreno dos exercícios democráticos, em busca da construção e consolidação de novos pactos de convivência.

Outra prioridade que vemos sinalizada na intervenção educativa que assumimos, hoje, é a de percorrer os caminhos de outra racionalidade. Outros modos de conhecer, sentir e agir, portanto, de viver. A consideração da subjetividade abre novas janelas sobre as possibilidades humanas. Nesse sentido, desde a segunda metade do século passado, muito se agregou ao pensamento social.

Começamos por reintegrar nossas cabeças com o restante dos nossos corpos e a apreender e expressar o que pensamos e sentimos através de outros recursos de que somos dotados, além de uma inteligência racional,

sem incorrer na tentação de também querer dissociá-los do todo que somos.

A ciência tem oferecido imensas contribuições à humanidade, mas a lógica científica que predominou na modernidade e invadiu outros campos do pensamento marcou uma tendência de busca da verdade, do exato, do absolutamente certo e incontestável. Em consequência, nos condicionou a trabalhar com os elementos palpáveis, visíveis, passíveis de comprovação, da ordem da objetividade. Mas nós nos relacionamos com sujeitos e não com objetos. Nós nos queremos sujeitos sociais, sujeitos na construção de saberes, sujeitos dos nossos desejos e sujeitos de invenção. Nem tudo está dado. Se assim fosse, a nossa tarefa se restringiria a criar as formas de acesso ao que está instituído.

Os racionalismos não dão conta da esfera do sensível e do imprevisível. A ampliação dos espaços de criatividade e expressão se traduz imediatamente em ganhos de liberdade. Um lugar onde se é convocado a dar mais de si, de sua singularidade criativa, é sempre uma oportunidade de descobrir o tanto a mais que se é e que passava despercebido. Essa talvez seja a dimensão mais apaixonante na atualidade das práticas educativas: a confiança na potencialidade do outro (e na nossa).

A dinamização desse potencial traz à tona a carga afetiva que dá moldura aos atos de expressão da criação. Como a criação é um impulso de comunicação, ela pressupõe a importância do outro. É a alteridade, portanto, que se coloca como referência e não o nosso próprio umbigo. Esse é um disparador da trama afetiva que se tece num coletivo no seu processo de construção. Às vezes, nos momentos de formação, não temos uma idéia precisa do que estamos pondo em andamento. Começamos com dinâmicas, místicas, que tornam visíveis só as pontas do “iceberg” que esconde um dos nossos mundos de trabalho. À medida que o coletivo e nós, nessa conjunção, amadurecemos a experiência, vamos nos reinventando e nos fazendo mais próximos. Alguém disse sobre uma dessas experiências: “Gostei desse trabalho porque senti o outro mais perto”.

O que está por trás, e que só muito devagar vamos percebendo, é o enorme parentesco que tem o campo da ética e o campo da estética. A beleza faz parte das condições de existência. Se observarmos com atenção, em muitos dos momentos de formação quando estamos experimentando uma gestão partilhada, percebemos claramente como as equipes de gestão fazem esse percurso de aproximação entre a atuação ética e a estética. Por exemplo, quando uma equipe que responde pela “infra-estrutura” se indaga sobre o sentido de sua intervenção no funcionamento do coletivo, ela

começa a se preocupar com as condições de trabalho, vai ao cuidado com as pessoas, chega à necessidade de criação de um ambiente pedagógico, desemboca no cuidado estético com o local de trabalho como um dado fundamental para que as pessoas se sintam melhor, mais próximas, mais acolhidas. Da mesma forma, a equipe responsável pela “animação” caminha na direção das atividades de interação, de valorização das diferenças presentes, da criação de oportunidades de expressão que impulsiona a criatividade artística, e assim por diante.

Sem dúvida, no afã de desenhar melhor o nosso lugar de intervenção, é possível que encontremos outras prioridades. Mas se conseguirmos estar atentos, pelo menos, a esses aspectos que dão sentido a nossa presença, já é um pedaço de estrada considerável. Problematicar a nossa abordagem a partir da experiência acumulada faz parte de nossa aventura.

4. Situando a intervenção no presente

Vivemos, hoje, um momento histórico muito rico. A sensação de que estamos mergulhados num período de transição nos assusta e mobiliza. Entre as crises do sistema, que não são mortais, e a percepção da entrada na cena política de protagonistas que expressam outra sensibilidade em relação às questões sociais e públicas, abre-se um espaço para a experimentação do novo. Deixando de lado qualquer expectativa de radicalidade nos desdobramentos que possam ocorrer como resultado desse estilo recente de atuação política, não podemos deixar de reconhecer que a América do Sul atual já não é a mesma de dez anos atrás.

Sabemos que os acontecimentos históricos não brotam do dia para a noite. Para que se tornem visíveis e afirmativos, foi necessária uma longa gestação. Nessa direção, somos levados a acreditar que a acumulação de forças vai se dando no cotidiano das ações, nas articulações que se vão fazendo necessárias. Se esse tapete dinâmico não fosse tecido cuidadosamente, os grandes heróis dos momentos emblemáticos não teriam em que se apoiar. Às vezes, nos preocupa a dimensão reduzida do núcleo social com que trabalhamos. Uma sensação de fragilidade, de pouco peso, sobretudo quando é a salvação do mundo que parece estar a nosso cargo. Sentimento de formiguinha, quase nada.

Mas se pensarmos que a história é fértil e desistirmos de controlar as repercussões do processo, podemos apostar na nossa eficiência como artesãos da história. O pequeno território em que atuamos guarda a presença

do grande. Queremos muito palpar os resultados, ver as nossas pegadas no caminho para nos certificar do sucesso de nossas ações. Nos pequenos processos conseguimos até visualizar muitas demonstrações de avanços, mas o mais amplo nos escapa. Precisamos nos convencer que trabalhamos nos bastidores dos acontecimentos. E nem sempre vamos ter o prazer de descansar à sombra da árvore que brotou daquela pequena semente que ajudamos a plantar.

Referências bibliográficas

Bondía, Jorge Larrosa - Notas sobre a experiência e o saber
Universidade de Barcelona, Espanha, in Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/abr 2002 N° 19, Tradução de João Wanderley Geraldi, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística, Campinas.

Negri, Toni – Exílio, Editora Iluminuras Ltda, 2001, São Paulo.

Aguiar, Katia – Formação Sócio-Política e Pesquisa-Intervenção in Economia dos Setores Populares: pensamentos, ferramentas e questões, KNH/CAPINA, Catarse, 2009, Porto Alegre.(no livro do KNH)

Rocha, Marisa – Subjetividade, Política e o Sistema do Capital in Formação de Formadores no Campo da Economia dos Setores Populares (Apostila), CAPINA, 2009, Rio de Janeiro.

Lara, Xico – Trabalho, Educação e Cidadania, CAPINA/CERIS/MAUAD, 2003, Rio de Janeiro.

Projeto:

“Aprendendo e aprimorando estratégias de formação em viabilidade econômica e gestão democrática”

Atividades Desenvolvidas

Os motivos do projeto

Na intenção de colocar à disposição dos leitores algumas informações sobre os processos que estimularam a elaboração dos diferentes artigos que compõem esta publicação, a equipe da CAPINA resolveu dar corpo a um documento que, de modo resumido, apresentasse o percurso do Projeto “Aprendendo e aprimorando estratégias de formação em viabilidade econômica e gestão democrática”.

A expectativa é de que esse conjunto de informações ajude a situar o cenário dessas reflexões e a perceber que, mesmo que a sistematização das mesmas tenha uma autoria determinada, muitos foram os que estiveram presentes nos momentos/atividades que inspiraram os escritos.

Como tal, o informe se limita a apresentar, de modo ordenado, a sequência e a caracterização das atividades que deram concretude ao Projeto em questão. Não inclui, portanto, uma dimensão de análise dos acontecimentos que marcaram esses processos.

1 . Primeiro momento: a pesquisa

A definição do que se queria obter com a pesquisa foi fundamental para a escolha dos caminhos que ela deveria percorrer. Considerados os aspectos a abordar e os elementos necessários à composição dos cenários a analisar definiu-se que a pesquisa se daria através de:

- uma análise das propostas e das práticas de formação de assessores/educadores atuantes na economia dos setores populares apoiadas, no país, pelas principais organizações presentes nesse campo;
- uma escuta, junto aos educadores que passaram pelos Cursos de

Viabilidade Econômica e Gestão Democrática promovidos pela CAPINA, sobre os efeitos que a experiência de formação teve em suas práticas;

- uma atualização com respeito aos desafios e às demandas que convocam esses educadores no percurso de suas atividades;
- uma aproximação e observação do cotidiano dos grupos de produção assessorados pelos educadores em questão.

A . A pesquisa bibliográfica

As atividades relacionadas à pesquisa bibliográfica tiveram a seguinte sequência:

- elaboração/estruturação de um modelo de ficha bibliográfica tomando em consideração os eixos temáticos de interesse da pesquisa (formação, comercialização, viabilidade e gestão) e a identificação das relações que são estabelecidas entre os mesmos;
- seleção das principais organizações que incluem a formação de técnicos/assessores/educadores como uma de suas estratégias de intervenção (ADS/CUT, SEBRAE, FBES, ANTEAG, UNITRABALHO);
- levantamento da bibliografia vinculada às instituições selecionadas que, no seu conteúdo, oferecesse informações sobre as respectivas propostas de trabalho e as práticas de formação postas em andamento com base na proposta formulada;
- fichamento do material disponível;
- fichamento de algumas publicações, não diretamente relacionadas com as instituições escolhidas, mas de caráter complementar ao estudo;
- exploração da documentação da Capina incluída, igualmente, na pesquisa bibliográfica;
- elaboração, pelos pesquisadores, de um resumo das fichas, por organização, com comentários e análise sobre os conteúdos do material explorado.
- realização de um seminário com a participação de todos os pesquisadores para a construção de uma síntese dessa etapa de trabalho.

Na realização da pesquisa bibliográfica, além de sua equipe, a CAPINA contou com a contribuição de: estagiárias da UFF; de consultores da Capina na Bahia; e dois outros pesquisadores que se dedicaram mais especificamente ao material de registro e publicações da CAPINA.

B. A pesquisa de campo

Atividades relacionadas à pesquisa de campo:

- elaboração de um roteiro para as entrevistas com os ex-participantes dos Cursos de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática (VEGD) guardando os mesmos eixos considerados na pesquisa bibliográfica;
- preparação de um roteiro orientador da dinâmica (oficina) com os grupos de produção;
- seleção e consulta aos participantes dos Cursos de VEGD de diferentes turmas (da 1ª à 7ª);
- elaboração de um roteiro para as entrevistas com pessoas das entidades de formação selecionadas para a pesquisa bibliográfica e presentes na região visitada;
- montagem de uma agenda de viagens;
- realização das diferentes entrevistas e oficinas com os grupos de produção;
- sistematização do registro e/ou transcrição do material resultante das entrevistas e oficinas;
- realização de um seminário com os pesquisadores sobre a experiência de campo segundo as regiões;
- síntese dos destaques.

Para o processamento do conjunto das informações usamos o “software” Ethnograph 6.0. Isso significou a construção de dois projetos dentro desse programa, cada um com dois arquivos, ficando assim organizado:

- Projeto 1 - Pesquisa de Campo: arquivo assessores e arquivo grupos;
- Projeto 2 - Pesquisa Bibliográfica: arquivo fichas e arquivo entidades.

Todo o material foi codificado segundo uma matriz de análise das tendências expressas na sistematização da pesquisa (Tecnocrática, Sócio-crítica e Ético-Estética), seguida da identificação dos eixos temáticos constantes do roteiro da pesquisa e de algumas categorias específicas a cada um dos eixos. Também foi utilizada a possibilidade oferecida pelo “software” de identificação da procedência da informação.

Os relatórios emitidos foram organizados em duas pastas disponíveis na documentação da Capina.

2. Segundo momento: a aproximação com as oficinas de comercialização, a experiência dos Cursos de validação e a formação de formadores

A. As oficinas de comercialização

Em 1994, a CAPINA criou o serviço de apoio à venda dos produtos das organizações de agricultores familiares. Trata-se de um trabalho que, concretizando negócios de venda, é essencialmente educativo, procurando demonstrar, através da própria prática da venda coletiva, as condições necessárias à comercialização dos produtos das organizações de agricultores familiares, com mais autonomia e simetria nas relações estabelecidas com o mercado. Aprender a vender, vendendo. Nos dois últimos anos, a CAPINA realizou cerca de 600 mil reais em vendas que, em seqüência, passaram a ser assumidas diretamente pelas organizações dos produtores

Desde 1997, vêm sendo realizadas as oficinas para encarregados comerciais das organizações da agricultura familiar que já formaram mais de 300 encarregados comerciais que, de volta às suas organizações, passam a manter contato estreito com a CAPINA e seus parceiros.

Essas ações se davam de modo paralelo aos Cursos de VEGD. A aproximação maior entre os dois modos de atuação, durante anos, só ocorria quando o responsável pelo setor era convidado para assumir o tema Comercialização nos Cursos ou quando participantes do Curso se interessavam em freqüentar uma Oficina de Comercialização. Mesmo assim, os efeitos dessas duas formas de presença se fizeram sentir.

Na oportunidade oferecida por este Projeto, quando se pôde considerar a necessidade de repensar o conjunto das atividades de formação da CAPINA, as Oficinas de Comercialização foram incluídas. Dentro desse processo foram previstas quatro oficinas que deveriam proceder a uma

aproximação pedagógico-metodológica entre as duas propostas formativas.

Esse foi um trabalho coletivo que contou com a participação dos responsáveis pelas Oficinas de Comercialização e da equipe de formação dos Cursos, e foram diversas as atividades através das quais a aproximação foi tomando consistência. A maior atenção esteve centrada na revisão da Apostila que serve como material de apoio didático às Oficinas e na preparação e realização das Oficinas propriamente ditas.

Vale a pena registrar os aspectos e recomendações que estiveram em destaque na pauta desse processo.

Destaques para aspectos temáticos a manter no programa das Oficinas:

- a ênfase na qualidade do produto;
- a importância da atitude/postura do vendedor como um elemento fundamental na comercialização;
- o indispensável conhecimento do próprio produto;
- a necessidade de pesquisar o mercado e suas possibilidades de ampliação;
- a significação das embalagens e do código de barras.

Outros aspectos a considerar:

- clareza e explicitação do papel da CAPINA na sua atuação específica no campo da comercialização;
- adoção de exercícios de gestão no funcionamento das Oficinas;
- consideração das diferenças que caracterizam os empreendimentos urbanos e os rurais e, dada a atual predominância da presença da produção rural na área da comercialização, abrir espaço para o tratamento das especificidades das questões urbanas;
- levar em conta a forte presença de empreendimentos de artesanato na economia popular;
- incluir, nas oficinas, a experiência de domínio dos participantes como matéria de formação; ;
- explorar melhor e diversificar as visitas às instituições comerciais (tipo CEASA, feiras, etc.) previstas na programação;
- ampliar o leque de recursos didáticos e a pauta de exercícios.

A levar em conta na preparação das próximas Oficinas:

- a ampliação da esfera de convocação dos participantes e a criação de oficinas específicas para o mercado urbano;
- o aproveitamento do apoio pedagógico da equipe de formação dos Cursos.

Um dos resultados desse movimento de aproximação foi a decisão de, nos Cursos VEGD, reavaliar o tratamento dado ao tema da Comercialização e insistir, junto aos seus participantes, sobre o peso da Oficina de Comercialização em termos de complementaridade da formação do assessor de empreendimentos associativos. Ao mesmo tempo, a Oficina de Comercialização amplia a sua atenção para outras atividades produtivas, para além da produção agrícola, considerando a diversidade das práticas presentes nos Cursos de VEGD.

O processo não finaliza nesse estado de convergência e as equipes se propõem a, juntas, manter atividades que aprimorem suas respectivas práticas formativas.

B. Os cursos de validação

Além de tomar em consideração o que, tanto na pesquisa bibliográfica como na pesquisa de campo, foi sinalizado como indicações para tornar o Curso de VEGD mais próximo das necessidades atuais dos trabalhos dos assessores/educadores, a equipe de formação da CAPINA também se apoiou no acumulado de sua experiência. A equipe fez, então, uma releitura da proposta do Curso VEGD e formulou alguns reajustes, em termos de programação e abordagem, que foram postos em experimentação nos três Cursos de validação.

Esse olhar, ao mesmo tempo avaliativo da experiência dos Cursos e reflexivo sobre os destaques observados nos processos da pesquisa rendeu momentos de estudos que serviram como preparação aos Cursos de validação. Entretanto, pode-se adiantar que as indicações obtidas como resultado desses momentos não colocaram em questão nem a estrutura do Curso nem o corpo de referências teóricas em que se apoia a proposta de formação.

Ao mesmo tempo, ficou muito evidente que, no plano metodológico, as diferentes dimensões que compõem o processo formativo ainda não estão muito explícitas e precisam se tornar mais facilmente apropriáveis

pelos participantes. Há temas que necessitam entrar com mais vigor na pauta. E, no tratamento de alguns temas, o suporte didático está pedindo um maior cuidado. Assim, entre outras, foi possível alinhar algumas das sugestões para os Cursos de validação:

- a noção mais fundamental a ser trabalhada é a de Sustentabilidade;
- insistir na compreensão da indissociabilidade entre Viabilidade Econômica e Gestão Democrática evitando a falsa impressão de que se tratam de duas esferas de intervenção separadas;
- deixar claro qual é o campo de intervenção da CAPINA, seu lugar na conjuntura sócio-econômica atual, e situar o Curso como uma explicitação dessa leitura e uma forma de intervenção;
- evidenciar que, do ponto de vista da CAPINA, o Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) está inserido num processo que implica na possibilidade de aumentar a capacidade de intervenção do grupo;
- identificar os números a partir do detalhamento do processo de produção, etapa a etapa: o “passo a passo”;
- demonstrar que o objeto do estudo é a atividade do grupo. Os sujeitos do estudo são, tanto os participantes do empreendimento como o educador/assessor. Importa a qualidade de observação do processo.
- dar maior peso ao modo do assessor abordar o grupo (como abordar, o que propor, o que considerar nessa relação);
- explicitar e explorar mais o campo de experimentação da gestão partilhada como parte integrante da formação;
- pensar a educação popular com maior proximidade das questões da economia popular (de que educação se trata?);

Os Cursos de validação tiveram como campo de experimentação a VIII^a, a IX^a e a X^a turmas dos Cursos de VEGD.

O VIII Curso, que teve lugar em Porto Alegre, foi uma iniciativa de participantes de Cursos anteriores. Articularam as suas instituições de origem – KNH, CAMP e Fundação Luterana de Diaconia e, construindo uma parceria, assumiram a organização do Curso incluindo convocação, local, material de apoio etc. A maior parte dos recursos necessários também foi mobilizada por essa parceria. Como previsto, a quase totalidade dos parti-

cipantes desse Curso atua na região sul.

O IX Curso, convocado diretamente pela CAPINA, foi realizado no Rio de Janeiro: o 1º módulo, em Miguel Pereira, e o 2º módulo, em Araruama. Seus participantes vieram de quase todas as regiões do país (norte, nordeste, sudeste e sul) e essa diversidade emprestou uma imensa riqueza ao processo.

O Xº Curso aconteceu na Bahia. Esse também foi um Curso organizado pelos participantes, as ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) vinculadas a universidades do nordeste (Bahia, Sergipe e Alagoas). O público era constituído de professores de diferentes universidades e que tinham interesse no Curso em decorrência de suas atividades nas Incubadoras.

Percebe-se que os cenários dos Cursos de validação foram muito diversos. O que ofereceu, enquanto campo de experimentação, uma multiplicidade de desafios.

C. A formação de formadores

Esse momento, ora chamado de 3º módulo, ora de formação de formadores, e ambos imprecisos, foi intensamente pensado. A nomenclatura de Formação de Formadores foi mantida porque assim estava previsto no Projeto, mas de algum modo a maioria dos participantes já exercia atividades de formação. Assim, o próprio Curso de VEGD já constituía uma atividade de formação de formadores. Depois, a atividade foi sendo tratada como 3º módulo, porque era essa a reivindicação que aparecia no final de todos os Cursos.

Definiu-se que o que estava em jogo era o fortalecimento da capacidade de formação desses educadores, no sentido de dar impulso à sua autonomia e, ao mesmo tempo, trabalhar os temas de interesse mais coletivo que ficaram pendentes ao longo da experiência dos Cursos. A seleção dos temas foi feita explorando os registros dos diferentes Cursos (preocupações, pendências, solicitações de aprofundamento etc.) e agregando o que foi flagrado/confirmado na pesquisa de campo.

Os eixos temáticos

Para a formulação da proposta do encontro a questão subjacente era: do que é que já somos capazes, no plano pedagógico e temático, naquilo que nos interessa? A idéia era propor uma experiência na qual todos – a

equipe de formação da CAPINA e os demais convidados – se sentissem convocados como formadores para trabalhar temas de sua escolha, vinculando-os aos desafios enfrentados nas práticas, explicitando as referências em que se apoiam para as análises que fazem, e articulando o modo de trabalhar o tema escolhido – relacionando forma e conteúdo.

O primeiro contato com os possíveis candidatos ao encontro foi uma consulta feita a alguns dos participantes escolhidos entre os nove Cursos até então realizados. O convite teve como critérios: a permanência do vínculo com atividades de acompanhamento dos grupos produtivos e o grau de aproveitamento nos Cursos, seja pela qualidade do trabalho de campo apresentado ou pela qualidade da participação no coletivo do respectivo Curso.

A etapa seguinte foi de negociação: das agendas, do formato do encontro e da pauta temática. A partir daí, cada um se manifestaria sobre o tema de sua preferência e se articularia com os que fizessem a mesma escolha para combinarem, como uma equipe, o tratamento do tema.

Incluída na proposta, estava a organização dos encontros regionais. A experiência deveria fornecer elementos para que os educadores ali presentes, por sua vez, se dispusessem a formular e convocar, em suas regiões, um encontro de formação para outros participantes dos Cursos.

O encontro de Mendes

De 19 a 21 de abril/2009, em Mendes/RJ, estiveram reunidos 29 participantes, de 11 estados do país, procedentes de diferentes Cursos de VEGD, e mais a equipe da Capina, todos, igualmente responsáveis pelo processo de trabalho que se instalava. O encontro foi uma aventura coletiva em busca de um caminho que, de um lado, aproximasse a reflexão do terreno da experiência e, de outro, explicitasse e emprestasse consistência às referências nas quais o trabalho se apoia. Esse modo de trabalhar era diferente do tradicional aprofundamento temático que se dá com a contribuição de especialistas, com frequência, estranhos aos desafios do cotidiano dos educadores.

Assim, com responsabilidades distribuídas por temas, a pauta prevista para o encontro foi:

- Tema de abertura - “Subjetividade, Política e o Sistema do Capital”
Exposição e apoio ao debate - Marisa Rocha
- Economia dos Setores Populares

- Políticas públicas, Projetos, Programas e Processos
- Políticas Territoriais
 - Desenvolvimento Local
 - Arranjos produtivos locais/Arranjos Sócio-produtivos
 - Diagnóstico participativo/Pesquisa Intervenção e Pesquisa Ação
- Estratégias de Gestão
 - Grupo (concepção) e Processos Grupais (liderança, conflito...)
 - Participação e Implicação
 - Unidade Familiar
 - Desempenho Profissional e Autogestão
- Comercialização
 - Comércio Justo
 - Mercado e Pesquisa de Mercado
- Práticas de Formação
 - Conhecimento e Saberes
 - Relações Saber/Poder (concepções)
 - Criação e Invenção
- Elaboração das propostas para as formações regionais
 - Elaboração de referências para a formação de formadores no campo da Economia dos Setores Populares

Por se tratar de uma experiência nova para todos, o andamento do encontro esteve sempre na dependência da capacidade demonstrada pelo coletivo de dinamizar o processo e de enfrentar os imprevistos. Correr riscos é ainda um caminho para a descoberta e a invenção. As tensões presentes foram também tomadas como matéria de aprendizagem.

Os seminários regionais

Originalmente, no planejamento do Projeto, o que se previa, tão somente, era um Seminário de Formação de Formadores: o que se realizou em Mendes. Ocorreu que, de um lado, a economia obtida na condução do projeto e, de outro, a aposta da equipe de formação na potencialidade de encontros regionais, fez com que se abrisse oportunidade à realização de dois regionais de formação: um no nordeste e outro no sudeste/sul.

Ainda em Mendes, os participantes da região sul chegaram à conclusão de que as características locais justificavam a reivindicação de um regional a mais. Reconhecida a procedência da solicitação, os três grupos começaram a pensar em separado as suas propostas centrando na escolha

de temas e no formato que respondesse melhor às suas respectivas necessidades.

De volta às suas regiões cada equipe se articulou numa etapa preparatória para detalhar e aprofundar a proposta, definir a lista de convidados, agendar o encontro e dividir tarefas. O nordeste, que contava com um número maior de estados, fez seu encontro preparatório em Salvador. O sul, mais concentrado, conseguiu trabalhar a preparação em Porto Alegre mesmo. Para o sudeste, foi feito um encontro no Rio de Janeiro.

Sobre os participantes, o consenso era que, além da presença do grupo articulador na região, seriam prioritariamente convidados os ex-alunos dos Cursos de VEGD, em número de aproximadamente quinze. Mas o encontro estava aberto a outros participantes cuja contribuição o grupo avaliasse como positiva.

Os três regionais de formação foram realizados durante o mês de agosto/2009, respectivamente nas cidades do Recife, Mendes/RJ e Porto Alegre. Em cada um desses encontros, a CAPINA se fez presente com, pelo menos, dois componentes de sua equipe de formação. Isso não só porque a equipe de formação da CAPINA era parte integrante da aventura coletiva, mas também pela necessidade de acompanhamento dessa etapa do Projeto.

Regional Nordeste

No encontro preparatório, o grupo do Nordeste havia definido que o tema central do encontro seria Economia dos Setores Populares e que o formato seria marcado pela presença de participantes de iniciativas que pudessem dar visibilidade ao tema a partir de suas vivências.

Assim, nesse encontro que teve lugar no Recife, de 19 a 23 de agosto, estiveram presentes representantes de diferentes organizações: Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (Salgueiro/PE); Agroflor (Bom Jardim/PE); CESOL – Centro Público de Economia Solidária da Bahia; Rede Moinho – Cooperativa de Comércio Justo e Solidário (Salvador/BA); e Centro Sabiá (PE). Os demais participantes vieram de diferentes estados do nordeste: Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia.

Os participantes se organizaram pelos eixos temáticos de seus interesses e se responsabilizaram pela condução da exploração do tema de sua escolha. Uma estrutura de gestão partilhada acompanhou todo processo de trabalho.

A pauta temática proposta na programação do encontro foi a seguinte:

- Tema de abertura: “Conceitos de Tecnologia Social”
Apresentação feita por Pedro Cláudio Cunca Bocayuva
Plenária e debate
- Políticas Públicas
- Comercialização
- Estratégias de intervenção educativa

Dois textos de apoio foram distribuídos entre os participantes:

Tecnologia social e organização do trabalho associado e cooperativo de autoria de Pedro Cláudio Cunca Bocayuva; e

Políticas de fomento à Economia dos Setores Populares de autoria de Gabriel Kraychete.

Além da alegria do reencontro para alguns, do encontro com ex-cursistas de outras turmas que não a sua, ou do primeiro contato direto com o que se começa a chamar de Rede Capina, a avaliação final feita através de dinâmicas e por depoimentos demonstrou o grau de satisfação de todos. Observava-se uma espécie de orgulho de não só ter “dado conta do recado” mas de estar diante de um bom resultado do esforço investido.

Regional Sudeste

O encontro do Sudeste teve sua preparação com a participação direta dos formadores que decidiram nos encaminhamentos em Mendes, que o eixo norteador do encontro seria: as práticas de formação.

Foi com essa proposta que a parte da aventura que coube ao Sudeste, desabrochou em questionamentos e vivências da prática da autogestão. Uma aventura recheada de buscas e desafios que se traduziu em condições de criação de novas formas de fazer formação.

Partindo dos objetivos, de troca de ideias e experiências sobre processos de formação, tendo como base as temáticas a serem debatidas e o aprofundamento dessas mesmas temáticas, é que o grupo de formadores experienciou a análise das suas próprias práticas traduzidas em dinâmicas marcadas pela descontração e pelo bom humor.

O encontro foi realizado em Mendes/RJ, entre os dias 20 e 23 de agosto, com participantes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Como ocorreu no Nordeste, o coletivo também foi ampliado com pessoas que não estiveram nos Cursos do VEGD.

A programação foi estruturada em torno de uma exposição de abertura, três grupos temáticos, e um momento para encaminhamentos, a saber:

- **Abertura:**
Subjetividade, Política e o Sistema do Capital
Exposição de Katia Aguiar
- **1º grupo temático:**
Estratégias de Gestão
- **2º grupo temático:**
Comercialização
- **3º grupo temático:**
Marco Legal e Ferramentas de Gestão
- qual o momento mais apropriado para legalizar o empreendimento? -
- **Encaminhamentos:**
Mapa Mental - Levantando as capacidades de nossa intervenção. Potencialidades e Fragilidades. Quem somos nesse grupo? O que fazemos? Com quem podemos contar?

Por ocasião da avaliação ficou a indagação sobre a necessidade de dar continuidade à criação de espaços que possibilitem trocas de experiências e construções coletivas de estratégias e conhecimentos no campo da economia dos setores populares. Ficou também a surpresa e a alegria dos participantes por terem conseguido atuar como formadores, dando conta dos temas propostos e da organização do evento.

Regional Sul

O mesmo caminho que os ex-alunos do Rio Grande do Sul tomaram para promover um Curso de VEGD (o VIIIº) em torno de seus interesses específicos, articulando as suas bases institucionais e o âmbito de suas relações, foi também percorrido pelo grupo que respondeu pela organização do Encontro Regional Sul que se intitulou como 3º Módulo.

O encontro se realizou em Porto Alegre, entre os dias 26 e 28 de agosto/2009, e contou com a participação de educadores/assessores dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A maioria dos presentes era gaúcha, com uma grande incidência de representantes de experiências atuantes na periferia de Porto Alegre e em municípios do interior, como Ijuí, Erechim, Santa Maria e Veranópolis. Vale salientar que o número de convidados mobilizados na esfera das relações institucionais do grupo organizador e pela afinidade dos campos de intervenção foi maior de que

nos outros Regionais.

Na proposta metodológica, as duas dimensões do processo, conteúdos e gestão, além de se revelarem muito bem articuladas, foram muito marcantes nas suas intervenções. A gestão partilhada seguiu a proposta do que ocorre nos Cursos, nos quais, em média, interferem cinco equipes de gestão. Mas com um destaque para a equipe de registro que, munida de equipamento de filmagem (áudio e imagem), conseguiu editar um DVD que reproduziu o fundamental do encontro.

No plano temático, a exploração dos conteúdos obedeceu a uma rotina de abordagem: primeiro, pela manhã, se dava a apresentação de uma experiência prática, seguida de trabalho em grupo e debate em plenária e à tarde, outro convidado fazia uma fala provocativa e abria para debate.

A programação temática ficou assim organizada:

- **Exposição de abertura:**
Subjetividade, Política e o Sistema do Capital
Apresentação de Marisa Rocha
- **Políticas Territoriais:**
Experiência prática: ONG Kindernothilfe
Apresentador: Sérgio Soares
Fala provocativa: Fernanda Canfield
Agente de Desenvolvimento Local do PRONASCI
- **Comercialização:**
Experiência prática: CEPAGRO (SC)
Apresentadora: Erika Sagae
Fala provocativa: José Paulo da Silva
Assessor da Central de Negócios das Cooperativas da Serra Gaúcha
- **Autogestão:**
Experiência prática: Galpões de Reciclagem
Apresentadores: Odete e Roque Spies
Fala provocativa: Cláudio Nascimento
Coordenação Nacional da Rede de Educação Cidadã

Por ocasião da avaliação, o sentimento dominante era de satisfação, emoção e alegria. O resultado havia sido melhor do que o esperado.

E, uma frase que nasceu nesse encontro, e que foi assumida por todos os que, presentes no Seminário final do Rio, haviam participado nos regionais:

“O nosso encontro foi melhor de que o de Mendes. Mas se não fosse o de Mendes, esse encontro não teria acontecido”.

3. Os produtos

Na medida em que o Projeto foi cumprindo as suas etapas, a expectativa de seus produtos também foi tomando consistência. De algum modo, a gestação desses “filhos” se deu pelo entrelaçamento dos diferentes processos. Algumas tarefas tomaram vulto e inquietavam.

Como fazer a devolução da experiência na qual tantos tomaram parte com o maior entusiasmo e disponibilidade? Como dar mais um passo no aprofundamento das grandes questões presentes no universo de trabalho dos educadores/assessores e confirmadas ao longo das pesquisas e dos encontros de formação? Como disponibilizar e socializar as ferramentas que a CAPINA vem aperfeiçoando de modo a apoiar mais concretamente a atuação dos educadores/assessores das iniciativas econômicas populares? Como difundir as reflexões, em boa parte, inspiradas nesse percurso recente? Como registrar tudo isso?

Aí tomam contorno: o Seminário, a coleção de fascículos, o livro e um DVD.

A. Sustentabilidade dos empreendimentos populares: uma metodologia de formação

Esse foi o nome que tomou o Seminário que ocorreu, no Rio de Janeiro, entre os dias 10 e 11 de novembro/09. A sua função era, em parte, socializar e celebrar com os parceiros de caminhada os resultados do Projeto “Aprendendo e aprimorando estratégias de formação em viabilidade econômica e gestão democrática”. E em parte, também, refletir sobre grandes questões que permeiam os trabalhos da CAPINA e de tantas outras organizações que se alinham na mesma direção.

Os convidados foram: o maior número possível daqueles que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes nas diferentes atividades dinamizadas no percurso do Projeto (nas pesquisas, na formação de formadores, nos regionais de formação etc.); parceiros de outras organizações que, direta ou indiretamente, atuam no campo da economia dos setores populares; e, para ajudar no debate dos temas escolhidos, algumas pessoas reconhecidas, não só pela experiência e saber acumulados, mas pelo companheirismo e pelo lugar que vêm assumindo nas lutas pelas mudanças sociais.

Como convidado especial, o representante da NOVIB e interlocutor

da CAPINA no acompanhamento do Projeto PSO, Nick Peacock, participou do Seminário e coordenou a atividade de avaliação final do evento.

A programação do Seminário esteve assim organizada:

Dia 10/11

- Abertura
Expositor: Xico Lara (CAPINA)
- 1ª mesa
Tecnologia Social, Desenvolvimento Local e Economia dos Setores Populares
Expositores: Liliane da Costa Reis (COVIME-Consultoria) e Maurício Sardá de Faria (SENAES)
- 2ª mesa
Aprimoramento da Metodologia de Formação (devolução)
Aída Bezerra e Katia Aguiar (Equipe de Formação da CAPINA)
- 3ª mesa
Estudo de Viabilidade Econômica como dispositivo de formação: desafios e possibilidades
Expositores: Luís Paulo Arena (RS), Daniel Soares (RJ) e Tatiana Veloso (BA), todos ex-alunos de Cursos de VEGD

Dia 11/11

- 1ª mesa
Os desafios para a Economia dos Setores Populares no Brasil
Expositor: Francisco C. de Oliveira (DIEESE)
- 2ª mesa
Políticas Públicas e Políticas de Formação no campo da Economia dos Setores Populares
Expositores: Cláudio Nascimento (Rede de Educação Cidadã) e Katia Aguiar (UFF)
Encerramento e distribuição da publicação.

B . A coleção de fascículos

Há muito tempo se sentia a necessidade de produzir um material de apoio para uso do educador/assessor nas suas atividades de acompanhamento dos grupos produtivos. Durante a execução do Projeto a ideia foi tomando consistência e ficou mais forte a importância de difundir a meto-

dologia de trabalho da CAPINA para outros interessados, além daqueles que tiveram a oportunidade de frequentar o Curso de VEGD.

Imaginou-se um material de formato prático, de fácil manuseio, com uma ordenação didática que permitisse maior agilidade na apreensão e uso de seus conteúdos. Assim nasceu a coleção de fascículos: Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos.

A coleção é composta por três fascículos ilustrados que se destacam pelas cores diferentes e que se acomodam numa caixa (18,5 x 18,5) de papel resistente, marrom claro.

Volume 1 - Uma metodologia de formação: gestão e sustentabilidade (verde). Contém diferentes artigos que trazem elementos de reflexão sobre a temática anunciada no título.

Volume 2 - Uma proposta de formação: desmistificando os números (roxo). Numa seqüência didática, e em diferentes recortes, trabalha o Estudo de Viabilidade Econômica.

Volume 3 - Uma proposta de formação: comercialização (laranja). É dedicado ao estudo dos diferentes desafios enfrentados pelos trabalhadores associados nas suas práticas de comercialização.

Essa publicação foi distribuída, em primeira mão, entre os participantes do Seminário.

C. O livro

Sustentabilidade de Empreendimentos Populares: uma metodologia de formação. Com ele se quis devolver um pouco das últimas reflexões e produções provocadas pela execução do Projeto. E, também, dar notícias do percurso e das conexões dos trabalhos que foram impulsionados pelo mesmo.

D. O DVD

Fazer um relatório inovador: esse era o desafio da equipe. Mais que papel e letras em preto e branco, cores, pessoas vivas falando, flagrantes de acontecimentos, e muitas imagens que registrassem o vivenciado e “historicizassem” a presença da CAPINA no campo da economia popular.

Foram muitas horas de filmagem em cursos de validação, formação de formadores, regionais, depoimentos, informações. Na edição, ficou tudo reduzido a menos de meia hora, mas valeu a pena.

É importante abrir um espaço para os agradecimentos a todos que foram mobilizados na arte desse produto: câmeras, apoiadores, roteirista, pessoal da produção, edição e música.

4. Os números do projeto

1-A. A pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica consistiu no estudo de metodologias de formação utilizadas nas assessorias e consultorias a empreendimentos econômicos associativos dos setores populares. Foram analisadas seis propostas entre as organizações mais atuantes no âmbito nacional, incluindo os materiais didáticos disponibilizados por estas. As fontes utilizadas foram: livros-textos, cartilhas, manuais de capacitação, vídeos, textos disponíveis em sites, documentos/relatórios finais de encontros regionais e nacionais, de seminários e fóruns, envolvendo entidades, técnicos, apoiadores e empreendimentos da economia dos setores populares.

Além disso, a pesquisa bibliográfica implicou na releitura dos registros dos cursos VEGD realizados pela equipe da Capina, e de seus materiais de apoio.

Propostas de formação analisadas	6
Pesquisadoras envolvidas:	8
Instrumentos de trabalho elaborados ¹	1
Fontes lidas e analisadas:	31
Fichas de leitura produzidas:	
- de material pedagógico	28
- de material teórico filosófico	5
Reuniões monitoramento e avaliação:	10
Seminários ²	2
Sistematização eletrônica (etnograph)	1

1 As Fichas de Leitura.

2 Seminários nos quais as seis propostas de formação foram estudadas, debatidas e sistematizadas pelo conjunto das pesquisadoras.

1-B. A pesquisa de campo

A pesquisa de campo consistiu em entrevistas com alguns assessores que já participaram do Curso de Viabilidade Econômica e Gestão Demo-

crática de Empreendimentos Associativos (da primeira à sétima edição); e de oficinas com os empreendimentos por eles assessorados. Foram realizadas também entrevistas com organizações que promovem atividades de formação - entre as que foram objeto de estudo na pesquisa bibliográfica.

Estados visitados ¹	6
Instrumentos de trabalho elaborados ²	3
Assessores (ex-participantes dos cursos) entrevistados	19
Oficinas com empreendimentos	8
Entrevistas com organizações que promovem formação	5
Relatórios produzidos	32
Seminários realizados	1
Sistematização eletrônica (etnograph)	1

1 Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte

2 Roteiros Norteadores das oficinas e das entrevistas com os assessores e com as entidades.

2-A. As oficinas de comercialização

Oficinas realizadas	4
Participantes	64
Estados de origem dos participantes	14

2-B. Os cursos VEGD de validação

Cursos realizados	3
Participantes	103
Trabalhos de Campo entregues	67
Estados de origem dos participantes	16

OBS: O projeto previa a realização de um curso de validação com 30 participantes.

2-C. Os cursos de formação de formadores

Cursos realizados ¹	4
Participantes	95
Estados de origem dos participantes	13

1 Um curso “nacional” mais três regionais (nordeste, sul e sudeste). OBS: O Projeto previa a realização de um curso para formação de formadores com 30 participantes.

3-A. O seminário

Participantes – Fichas de Inscrição preenchidas	90
Estados de origem dos participantes	9

3B e 3C. Fascículos e o livro

Foram produzidas duas publicações: o conjunto de três fascículos – cujo principal objetivo é servir de apoio ao trabalho dos assessores/formadores, e este livro que se ocupa mais do projeto - sua realização, seus propósitos e suas reflexões.

Nesta primeira edição as tiragens foram conforme segue:

Fascículos	500 exemplares
Livro	1.000 exemplares

3-D. Os DVDs

Foram produzidos dois DVDs à guisa de relato do projeto. Um pela coordenação do projeto e um por iniciativa dos participantes do Curso de Formação de Formadores - regional sul.

Inicialmente, foram tiradas 100 cópias de cada DVD.

Apoio:



Parceiros:



ISBN 978-85-63199-05-8



9 788563 199058 >